

16 de Janeiro 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 42 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza

FILDA às escuras e encerrada

O espaço que alberga a maior feira multissetorial do país está sem energia eléctrica desde Setembro do ano passado, por causa das dívidas acumuladas à ENDE. Os trabalhadores, há nove meses sem salários, deixaram de ir à empresa, porque, além da falta de energia, não recebem garantias do PCA. Pág. 17



ALERTA DA ECONOMIST INTELLIGENCE

Crédito mal parado dispara em 2017 e 2018

O crédito mal parado, que atingiu os 18,2% em 2015, deve aumentar nos próximos dois anos, alerta a Economist Intelligence Unit, a unidade de análise económica e financeira da revista britânica 'Economist', no seu relatório de Dezembro que coloca o risco bancário no nível CC. Pág. 32

FRANCISCA DE BRITO

“O BFA é o que mais comunica operações suspeitas”



ENTREVISTA. 406 operações suspeitas de branqueamento de capitais foram comunicadas à Unidade de Informação Financeira em cinco anos. Do balanço da instituição liderada por Francisca de Brito, o BFA aparece à frente dos bancos que mais casos reportaram. Págs. 4 a 7



AMÍLCAR SILVA

ABANC propõe mecanismo de 'resgate' à banca

O presidente da Associação Angolana de Bancos, em declarações ao VALOR, sugere a criação de um mecanismo da banca ou do Estado de apoio aos bancos e declara que há operadores com dificuldades aos quais se deve “estender a mão”, para a protecção de todo o sistema. E defende que a má gestão nos bancos pode ter origem na maneira como o país é gerido Pág. 12

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 176,1 Kz (-0,1) ▼ LIBRA 203,3 Kz (-6,6) YUAN 24,0 Kz (+0) ▲ RAND 12,1 Kz (+0,2) ▲



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



Editorial

ELEIÇÕES E ESTABILIDADE

Mais um palpite a ter em conta sobre as verdadeiras ameaças à recuperação da estabilidade económica do país. Mais uma especulação sobre a possibilidade de alguma instabilidade, provocada por divergências políticas a propósito do conjunto do processo eleitoral que se desenrola. Desta vez, os avisos chegam da Economist Intelligence Unit (EIU), a unidade de análise da revista britânica 'The Economist'. Nada, entretanto, é rigorosamente novo. Nenhum dos alertas identifica qualquer ameaça que não tenha sido ainda denunciada e explicada. Particularmente pelos angolanos que se dedicam, de forma profissional, à observação da realidade económica, política e social, com algum pragmatismo e realismo.

A necessidade de maior transparência na gestão dos recursos do Estado é uma reclamação mais do que recorrente. Não apenas neste e noutros espaços de opinião e de análise. Não apenas entre as vozes que assumem posições mais críticas à governação. No próprio discurso oficial, é cada vez mais presente o reconhecimento de que a melhoria da gestão do erário é uma condição decisiva à estabilidade económica. E social. E política. O

combate à corrupção, que a EIU faz questão de voltar a recordar, logicamente que entra nas contas. Catalogada como um cancro que se metastizou pela sociedade e que a corrói continuamente, a corrupção aparece também no topo das causas que afugentam o investimento privado, nomeadamente o estrangeiro. Logo, um dos graves entraves ao crescimento e ao desenvolvimento. E, ao contrário do que alguns já defenderam de forma pública, no caso de Angola, a grande corrupção supera de longe a pequena corrupção, em matéria de agressão ao progresso. É uma pena que nenhum estudo ainda se tenha atrevido a precisar o impacto da corrupção na obstrução do desenvolvimento. Mas não há dúvidas de que os números serão vergonhosamente assombrosos.

O perigo de instabilidade, decorrente das eleições, apontado pela EIU, já foi objecto de

alguma reflexão neste espaço. Ao contrário do que julgam os analistas da EIU, não é crível que um eventual processo de transição no MPLA desencadeie crises de proporções incontroláveis. Aquilo a que chamam de uma possível 'transição frágil' é um cenário que, desde já, não se coloca. Nos termos em que se discute a eventual sucessão de José Eduardo dos Santos, não se vislumbram sinais de protestos relevantes 'intramuros', caso a mudança se concretize. Pelo menos, não no período posterior imediato. A explicação é simples. É a incontestável força centrípeta de José Eduardo dos Santos dentro do MPLA que garante que a sua vontade consumada, no extremo, seja simplesmente respeitada. A suposição de possíveis protestos na rua, justificáveis pela agenda de austeridade do Governo, também perde cada vez mais força, à medida em que a economia se afasta do ponto mais grave da crise. Se em 2015 e 2016, com todos os apertos que incluíram alterações bruscas nos preços dos combustíveis e perdas expressivas nos rendimentos e no poder de compra, não houve manifestações populares importantes, é menos provável que em 2017 haja protestos significativos na rua por causa da agenda da austeridade. Em todo o caso, o ano mal começou. Há tempo para confirmar ou desfazer todos os receios e medos.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Martins Chambassuco, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes

comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721; **Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

e-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Sílvio Franco Burity

PCA da AGT

Qual é o principal desafio da Administração Geral Tributária para 2017?

O principal desafio para 2017 continuará ser a reforma tributária. A Administração Geral Tributária pretende, este ano, aumentar a sensibilização sobre os direitos e obrigações dos contribuintes, para combater a fuga ao fisco e ampliar a arrecadação fiscal.

O Imposto do Valor Acrescentado vai ou não ser implementado em Angola?

A AGT vai trabalhar para a implementação do Imposto do Valor Acrescentado. Esta será a principal medida estrutural que vai ser levado a cabo por esta administração (da AGT).

Quando é que se vai efectivar a cobrança do Imposto Predial Urbano?

O Imposto Predial Urbano deverá ser pago a partir de Janeiro, em duas prestações durante o ano. Ou seja, de seis em seis meses, para facilitar o pagamento. Este imposto deverá ser pago pelos proprietários de residências e, no caso das grandes empresas que têm imóveis arrendados, devem fazer a retenção deste imposto na fonte, para facilitar o trabalho da Administração Fiscal.

10
TERÇA-FEIRA
A agência de notação financeira Moody's considerou que Angola e Moçambique estão entre os países que vão enfrentar os maiores problemas de liquidez este ano, devido à queda dos preços das matérias-primas. A afirmação consta de um relatório sobre os 'ratings' dos países da África subsaariana.

11
QUARTA-FEIRA
Mais de 153 mil passageiros foram transportados pelos comboios dos Caminhos-de-Ferro de Benguela (CFB), no percurso Luena/Luau, no Moxico, em 2016. Este número supera em mais de mil pessoas a cifra no troço Luena/Kuito, segundo o representante do CFB, no Moxico, Fernando António Prata.

12
QUINTA-FEIRA
O BAI está interessado em financiar o relançamento do parque industrial do Huambo, que se encontra quase inoperante. A intenção foi manifestada pela administradora para créditos, Inokcelina dos Santos, numa palestra sobre 'Política de crédito no BAI'.



09

SEGUNDA-FEIRA

A polícia fiscal marítima de Angola apresentou, à imprensa, oito embarcações que se dedicavam à pesca ilegal junto de plataformas petrolíferas da Sonangol, no Zaire. Os armadores foram detidos e serão apresentados a tribunal, anunciou o porta-voz do Comando da Polícia Nacional, Orlando Bernardo.

13
SEXTA-FEIRA
O Estado vai assumir 85% do financiamento para a construção do porto de águas profundas no enclave de Cabinda, uma parceria público-privada, lançada em 2014, mas que tem sido condicionada pela crise. A informação consta de um decreto presidencial de final de Dezembro.



14
SÁBADO
A Baía dos Elefantes, em Benguela, terá nova urbanização, fruto de um investimento da Lucitur-Gestão de Empreendimentos, avaliado em 100 milhões USD. Com o despacho presidencial, foi criada a comissão responsável por definir a atribuição de incentivos.



15
DOMINGO
O INADEC, no Moxico, anunciou que 44 infracções foram registadas em 2016, menos 11 que 2016. As infracções foram detectadas durante 277 visitas de fiscalização aos estabelecimentos comerciais e mercados informais no Luena e arredores.



COTAÇÕES



BANCA ANIMA BOLSAS DOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO

As principais praças americanas e europeias fecharam a semana em terreno positivo, animadas pela publicação de lucros de bancos em ambos os continentes banhados pelo Atlântico. O Bovespa brasileiro fechou a semana com as maiores perdas entre as bolsas mundiais (-0,5%), corrigindo ganhos da sessão de quinta-feira, que ultrapassaram os 2%, devidos ao anúncio de corte na taxa básica de juro, que poderá favorecer as cotadas mais endividadas (como a Petrobrás).



Petróleo Brent	55,65	-0,36	-0,64%
Petróleo	52,58	-0,43	-0,81%
Gás Natural	3,412	+0,026	+0,77%
Ouro	1.195,45	-4,35	-0,36%
Prata	16,777	-0,048	-0,29%
Cobre	2,691	+0,019	+0,73%
Café Londres	2.210,00	0,00	0,00%
Alumínio	1.811,25	+26,00	+1,46%

MILLENIUM BRILHA NO PSI20

O mercado bolsista português fechou a ganhar 0,5%, e o líder dos ganhos foi o Millenium BCP. O maior banco privado português registou ganhos de 6,57% e fechou a última sessão da semana a valorizar 5,72%. Também as energéticas fecharam a semana no verde com a Galp nos +1,47% e a EDP em +0,89%. O Brent perdeu valor (-0,64%) e fechou a semana nos 55,63 USD por barril, face à desaceleração da China e à falta de confiança nos cortes da oferta da OPEP.

Entrevista

FRANCISCA DE BRITO, DIRECTORA DA UNIDADE DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

“O BFA lidera a lista de comunicação de operações suspeitas”

Directora da Unidade de Informação Financeira faz balanço dos cinco anos de actividade do organismo que tem por tarefa prevenir e combater a lavagem de dinheiro no país, contabilizando 406 operações financeiras suspeitas, com o Banco de Fomento Angola a liderar a lista de comunicações. Só em 2016, os bancos reportaram a existência de 184 casos suspeitos de braqueamento de capitais.



Por Nelson Rodrigues

capitais, financiamento ao terrorismo, e acabando também, hoje, por se tratar de crimes de proliferação.

A que crimes de proliferação se refere?

A proliferação de armas. Hoje, também é tratado pela UIF. A definição também se pode encontrar na Lei 34/11. A sua missão é a recolha, análise e disseminação. Portanto, nós recebemos as informações das instituições que a lei chama de ‘entidades sujeitas’, que são os bancos, seguradoras, até mesmo instituições que tratem de actividade imobiliária. A própria legislação mostra. E nós recebemos essas informações, tratamos, recebemos informação adicional, que vamos procurar quando precisamos, e então produ-

A UIF existe há cinco anos, qual é o âmbito da vossa actuação?

A Unidade de Informação Financeira (UIF) é uma instituição pública, cuja função é a recolha, tratamento, análise e disseminação de informação relacionada com crimes de branqueamentos de

“*Hoje, os bancos todos têm compliance officers, todos sabem que têm de mandar todos os dias informação para as unidades de informação financeira, todos sabem que têm de fazer declaração de operações suspeitas.*”

zimos inteligência. E enviamos para as autoridades judiciais e policiais.

A UIF é adstrita ao Banco Nacional de Angola?

Não. Existe o decreto 212, que, na verdade, substitui o decreto 35/11, que explica a estrutura da UIF. A UIF é uma entidade autónoma. Não é parte do BNA. É autónoma e independente.

A que entidade pública a UIF presta contas?

A directora da UIF, através da Casa Civil do Presidente da República, responde ao titular do poder Executivo.

Que entidades estão sujeitas à supervisão da UIF?

Trabalhámos com várias instituições. Trabalhámos com os bancos comerciais, casas de câmbios, serviços de remessas de dinheiro. Trabalhamos também com agentes intermediários de valores mobiliários, cujo supervisor é a Comissão de Mercados de Capitais (CMC). Trabalhamos com casinos e casas de jogos, cujo supervisor é o Instituto de Supervisão de Jogos. Contabilistas e auditores, cujos supervisor é Conta à Ordem e Peritos de Contabilidades. Ainda trabalhamos com as ONG, fundações e igrejas. Trabalhamos com os advogados, que têm a sua autoridade que é a Ordem dos Advogados de Angola. Depois temos as seguradoras, que são supervisionadas pela Agência de Regulação e Supervisão dos Seguros (ARSEG). Portanto, às vezes, fica a percepção de ser um trabalho de carácter financeiro, mas, na verdade, a nossa abrangência é financeira e não-financeira.

Como se processa a vossa acção?

A UIF tem protocolos de partilha de informação com todos os supervisores das entidades sujeitas. A Lei 34/11 é a 'lei-mãe', e cada entidade supervisora produz a regulamentação, baseada na lei, que afecta directamente os seus supervisionados.

A UIF tem presença em cada instituição?

A UIF não tem agentes nessas instituições, mas, por exemplo, tem trabalhado com o Instituto de Supervisão de Jogos, que é outra entidade pública, que tem de ter certeza que seus casinos entendam o que precisam de fazer para pre-

venir o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. O Instituto de Supervisão de Jogos tem a obrigação de fazer sair a regulamentação, que suporta a Lei 34/11, para os casinos.

Quando a Lei 34 fala no geral, e eles fazem uma regulamentação, que é mais da indústria deles, a dizer que, “quando você receber aqui alguém para jogar, precisa conhecer o seu cliente. Tem de entender de onde o seu cliente traz o dinheiro. Se alguém vier fazer um jogo em cash, você precisa de informar a UIF através dessa forma. Nós trabalhamos com entidades supervisoras, para eles tratarem dos seus supervisionados.

Os relatórios produzidos por estas entidades reguladoras são fiáveis?

Sim. Achamos que sim. O nosso maior foco têm sido as entidades financeiras e financeiras não-bancárias. Porque os bancos são mais de 99% do sistema financeiro. Então, como tudo se faz com base no risco, onde há mais é onde temos de dar mais ênfase.

Se resolversemos toda banca, então resolvemos boa parte, porque mais de 90% fica mais ou menos segurado. E, na verdade, o dinheiro acaba sempre escorregando na banca. Isso é mesmo assim, não é um caso particular de Angola. Hoje, os bancos todos têm compliance officers, todos sabem que têm de mandar todos os dias informação para as unidades de informação financeira, todos sabem que têm de fazer declaração de operações suspeitas.

Quantos casos suspeitas de branqueamento de capitais foram encaminhados nos bancos, desde que se instituiu a UIF em Angola?

Não apanhámos as declarações de operações supeitas. Nós recebemos das instituições. Não conseguimos trabalhar sem a instituições. Recebemos informações das instituições, principalmente de bancos. Mas também recebemos de seguradoras e até de empresas vendedoras de carros.

Existem números concretos de operações suspeitas?

Nos cinco anos de actividades, recebemos 406 operações suspeitas, vindas principalmente de bancos. Das suspeitas, devemos ter recebido uma da Comissão do Mer-

Às vezes, fica a percepção de ser um trabalho de carácter financeiro, mas, na verdade, a nossa abrangência é financeira e não-financeira.

Nos cinco anos de actividades, recebemos 406 operações suspeitas, vindas principalmente de bancos. Das suspeitas, devemos ter recebido uma da Comissão do Mercado de Capitais (CMC)

cado de Capitais (CMC), porque o supervisor, às vezes, também pode mandar operações suspeitas ao fazer sua supervisão.

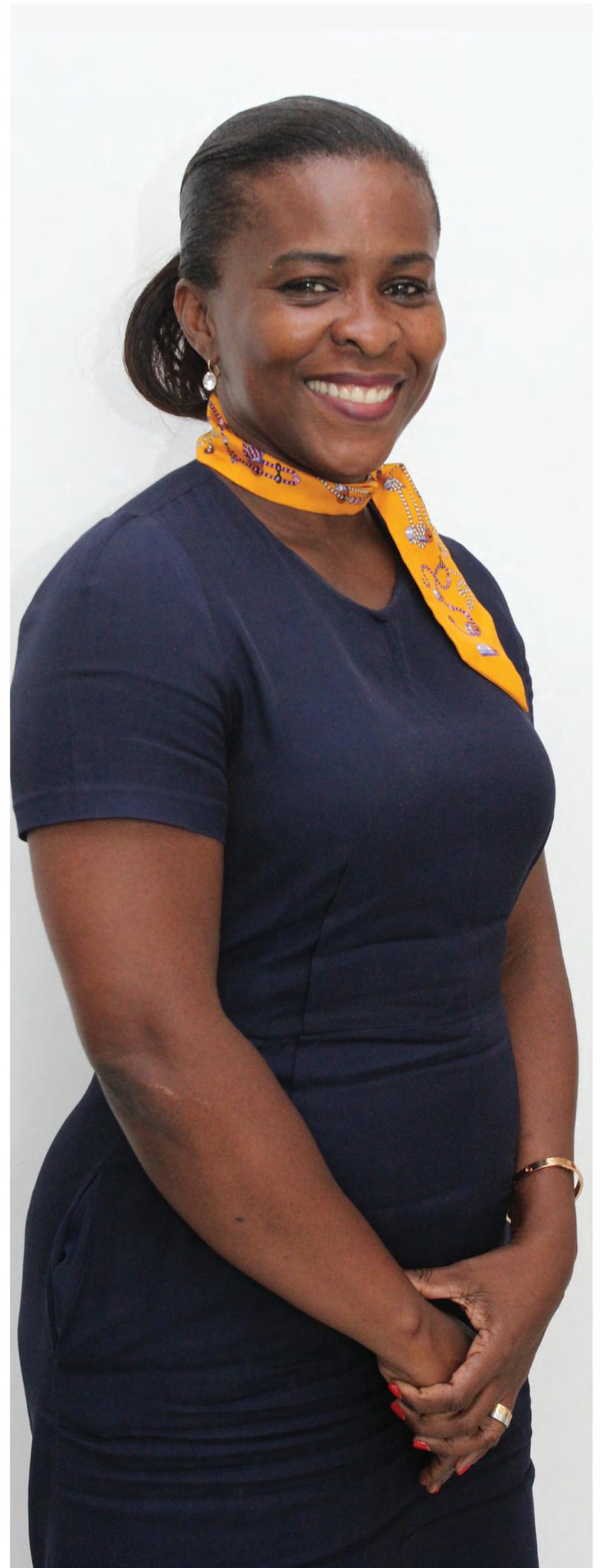
Qual foi o comportamento ano a ano?

Começámos em 2011, com sete operações suspeitas, em 2012, com 15, em 2013, com 39, em 2014, com 101. Em 2015, fechámos com 60 operações suspeitas, e 2016, com 184 operações suspeitas.

De que bancos provêm mais relatos de operações suspeitas?

Dos maiores bancos. Bancos como o BFA lideram a lista de operações suspeitas. No nosso relatório de 2016, acho que vamos ter o atrevimento de fazer essa publicação.

CONTINUA NA PÁG. 6



Entrevista

CONTINUAÇÃO PÁG. 6

Está a dizer que o BFA é dos bancos onde mais circulam operações suspeitas?

O BFA lidera a lista das comunicações de operações suspeitas. Quando o banco comunica mais, pode não ser o banco que tem mais operações suspeitas. Porque precisa de saber-se comunicar, saber avaliar se há operações suspeitas. Os bancos que não mandam [informações] não quer dizer que estava tudo bem com suas operações. Eu digo que é o BFA, e digo como positivo.

Agora, o que não lhe posso dizer é se todos os bancos comunicam operações suspeitas. Antes disso, é saber se todos os bancos conseguem detectar. Ao mencionar o BFA, significa que é um banco que se preparou e que faz isso como deve ser. Ter operações suspeitas o banco também pode ter, pela sua dimensão. É o maior banco. Tem mais riscos. Acontecem mais coisas.

Se o BFA é que mais comunica, consegue dizer quais os bancos que não o fazem, ou que fazem com pouca frequência?

É mais difícil dizer o banco que comunica pouco. São 29 bancos a operar, para 184 operações suspeitas, é muito pouco. E não estou a chamar as pessoas de criminosas, mas refiro-me aos cuidados que se devem ter com as operações. Nós ainda não estamos a tê-los todos.

Todos bancos participam essas informações?

Todos os que estão em operação fazem isso. Vamos falar, por exemplo, do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA). O BDA não faz operações com pessoas todos os dias, dada a sua natureza. Uns [bancos], se calhar, comunicam a dizer que 'hoje não tivemos nenhuma operação', mas outros dizem 'tivemos 700' [por exemplo].

Depende da natureza do banco e da abrangência. Você não vai ter o mesmo relatório de bancos como BDA como vai ter do Banco de Poupança e Crédito (BPC). Ou seja, todos os bancos com operações 'cash' têm de mandar essas



informações. E mandam todos os dias. Podemos dizer que, às vezes, temos problemas de atrasos de dois ou mais dias. Mas chegam.

Qual é a periodicidade desses relatórios?

Temos relações diárias com os bancos. Eles fazem relatórios diários. Todos os bancos enviam para a UIF todas as suas operações em 'cash', com valor equivalente ou maior que 15 mil dólares. Mandam para a UIF. Nós sabemos das operações. Se fizer amanhã um levantamento ou depósito de valor, no montante em kwanza, mas equivalente a 15 mil dólares ou mais, eu aqui sei.

O levantamento de 15.000

“Os bancos devem

Que cuidados os bancos devem melhorar em matéria de compliance?

Uma das regras principais é o que se chama KYC – ‘Know your Client’ (conheça seu cliente). Os bancos devem conhecer os seus clientes. É uma expressão muito recorrente, onde diz que ‘você deve trabalhar só com quem conhece’. Pode chegar-se ao banco, bonitinho, enfatado, e diz que “quero abrir uma conta. O banco tem o direito de saber de onde é que vem o seu dinheiro. Isso faz com que o banco conheça seu cliente. Se o cliente não responder às perguntas do banco, o banco pode, e hoje em dia, é aconselhável que o banco diga “desculpe, mas não posso trabalhar consigo”.

Do trabalho que a instituição que dirige tem desenvolvido, sente que há avanço nas técnicas de controlo às operações suspeitas?

Os bancos estão a investir. Parte do estudo que nós fizemos e que publicámos, no ano passado, mostra que os bancos tendem a melhorar. Eles têm essa obrigação. Têm de ter esses sistemas no lugar. E nós somos forçados a investir todos, o que contribuiu para que saíssemos da lista cinzenta no ano passado.

Das vossas acções, quantos casos de operações de pessoas politicamente expostas (PEPS) chegaram ao vosso conhecimento?

Os bancos têm que entender que as pessoas todas, como clientes, eles precisam de conhecer. Não há nada que diga que, por ser um deputado, não é preciso conhecer. Todos os clientes precisam ser conhecidos e os bancos sabem disso. Devemos é tratar com respeito toda a gente, mas os clientes precisam saber que os seus fundos precisam ser explicados.

Já houve governantes que estiveram fora do país e tentaram trocar dinheiro, por exemplo, e que no sítio onde se dirigiam para trocar dinheiro, sabiam que eles eram pessoas politicamente expostas. Então, não há diferença nenhuma. As regras contra o branqueamento de capitais são para todos.

Os bancos precisam ter mais cuidados [com pessoas PEPS] por causa dos riscos e do aproveitamento de conflitos de interesses. De resto, os bancos precisam aplicar as regras e explicar.

Anunciou há algum tempo que existem contas de clientes

empregadas, mas podiam ter transferido. Mas são informações que a UIF precisa de saber e que existem para trabalhar. É uma regra internacional e aplicada na nossa legislação.

As outras entidades que não sejam financeiras bancárias também cooperam connosco. Aliás, todo o trabalho que a UIF desenvolveu nunca o fez sozinha. Andámos pelo mundo para explicar os nossos progressos, mas não são nossos progressos. São também de todas essas instituições que trabalham com a UIF.

Nos dados que apresenta, revela que houve aumento de casos suspeitas entre 2015 e 2016. Faltou fiscalização ou os

PERFIL

Francisca André Massango de Brito é natural do Huambo e licenciada em gestão, pela University of Michigan Business School. Do currículo académico, soma ainda um mestrado em gestão, desta vez pela Eastern Michigan University. De regresso ao país, em 1997, a gestora inicia percurso profissional na Sonangol. Anos depois, segue em comissão de serviço para o sector bancário, precisamente no Banco de Comércio e Indústria, tendo ficado por três pares de anos, nas vestes de administradora comercial e de operações, respectivamente. Mais tarde, integra a comissão de instalação em Luanda do banco russo VTB. Entre banca pública e privada, Francisca de Brito é actualmente directora da Unidade de Informação Financeira, desde a fundação em 2011.

dólares é indício de crime?

Não. É só uma maneira de pormos nas nossas bases de dados pessoas que movimentam muito dinheiro. Supostamente, as pessoas de má-fé

movimentam dinheiro em 'cash'.

É verdade que as pessoas levantam esse dinheiro não é porque estão a fazer alguma coisa má. Talvez essas operações sejam para pagar

“Pode chegar-se ao banco, bonitinho, enfatado, e diz que quero abrir uma conta. O banco tem o direito de saber de onde é que vem o seu dinheiro. Isso faz com que o banco conheça seu cliente.”

conhecer os seus clientes”

bancários que foram bloqueadas por haver suspeições nas operações. Qual é o número actual de contas suspensas e em que pé estão os casos?

Eu não tenho esses números. O que se confirmou na altura e bem foi que, realmente, há contas que têm sido bloqueadas, mas também ficam desbloqueadas se se provar a proveniência lícitas dos fundos.

O que justifica o bloqueio de contas?

Às vezes, nas comunicações de operações suspeitas, os bancos bloqueiam as contas para forçar o cliente a se explicar. Mas não quer dizer que elas ficam bloqueadas para sempre. E elas são repassadas para a Polícia e para a Procuradoria Geral da República (PGR). É todo um processo, é um trabalho contínuo.

Se eu pedir para justificar o dinheiro e deixar a conta liberta, o cliente vai e tira de lá o dinheiro. Se acho que a proveniência dos fundos é ilícita, preciso de bloquear a conta.

Qual é a entidade que autoriza o bloqueio das contas?

Diferentes instituições têm po-

der de bloqueio de contas. A UIF tem, segundo a lei, poder para bloquear uma conta por três dias. Depois temos de ir buscar a confirmação ao PGR de que é para confirmar.

Que garantias tem a UIF de que são apenas os clientes os principais suspeitos e não os bancos?

É aqui onde entra a Polícia, com as investigações. A UIF não precisa dessas garantias. A Polícia faz a suas investigações, com a procuradoria, até levarem os casos ao tribunal. A UIF faz é a recolha da informação, produz inteligência e envia para Polícia.

Nós não temos treino para fazer o que faz a Polícia e a PGR. Não temos nem capacidade para o fazer. Somos um meio que produz inteligência para eles fazerem os seus trabalhos.

Quantos casos de operações suspeitas detectadas chegaram a tribunal e tiveram desfecho judicial?

Não temos ainda esses casos. Do nosso conhecimento, não.

Que garantias terão de que os

novos casos terão desfechos desejados, se os antigos casos ainda não se conhecem conclusões?

As garantias não são para UIF. São para o sistema angolano. Como disse, nós produzimos inteligência e vamos continuar. Se voltar daqui a um ano, por exemplo, eu tirei mil casos e devo enviar os mil. Depois a Polícia e PGR farão a sua parte e depois os tribunais.

Onde ‘morre’ a intervenção da UIF nos casos de operações suspeitas?

A intervenção da UIF termina depois de enviar os relatórios. A UIF continua a trabalhar com as entidades, nomeadamente a Polícia e a procuradoria. A UIF sempre pode voltar e usar os seus meios externos para ajudar os casos. E o nosso trabalho tem sido no sentido de que, muito embora entregamos a inteligência, podemos sempre ser solicitados para informação adicional, de forma a que quando se concluem os casos, ou mesmo se fecharem essas acções, nós também aprendemos muito.

bancos reduziram a comunicação?

A nossa pergunta inicial, na UIF, foi o porquê da redução entre 2014 e 2015. Acreditamos que os bancos foram melhor ilucidados sobre as operações suspeitas. Nós continuamos a trabalhar melhor com bancos. Se num banco vir, por exemplo, alguém que passa um cheque sem cobertura, não é mais uma operação suspeita. É um caso de polícia. Só tratamos mesmo de suspeições, que não são confirmação de crimes, são apenas suspeições.

O que representa o recuo de 2014 a 2015 para acções da UIF?

O Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), por exemplo, não gostou muito o facto de baixarem muito. Mas achamos que, mesmo que tivéssemos diminuído em termos de quantidade, melhorámos em termos de qualidade. Para 2016, reforçamos os nossos trabalhos com os compliance officers. Fizemos mais sensibilização. Eles entenderam, até com a avaliação que tivemos no princípio do ano. Internamente, começamos a trabalhar mais com eles, no sentido de demonstrar quem realmente está a apresentar operações e quem não está. Porque é preciso mostrarmos que, se não há operações suspeitas, é porque

está tudo bem lá. Mas a verdade é que queremos ser um sistema anti-branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

Todas essas 184 operações suspeitas de 2016 tiveram origens nos bancos?

Tenho 99% de certeza que esses números surgiram só de bancos.

De que bancos saíram essas suspeições?

Temos informação por bancos, mas estamos ainda a trabalhar com eles. Porque os bancos são diferentes, as maturidades são diferentes, e eles continuam a organizar-se neste sentido.

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call centre

(+244) 947 992 828

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Economia/Política

RESULTADOS DEVEM SER APRESENTADOS EM 15 DIAS

Finanças cria grupo para reavaliar taxa do lixo

TRIBUTAÇÃO. O Governo juntou várias figuras do Ministério das Finanças e da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, para realizar um estudo que vai reavaliar a aplicação da taxa do lixo que estava prevista para arrancar em Novembro de 2016.

Por Isabel Dinis

A O Ministério das Finanças criou um grupo de trabalho para elaborar um estudo pormenorizado sobre os mecanismos de arrecadação e gestão das receitas comunitárias e a reavaliação do mecanismo de aplicação da taxa dos serviços de limpeza e saneamento, que estava prevista para arrancar em Novembro do ano passado.

O estudo surge depois de uma série de indefinições em torno da aplicação da taxa, nomadamente os valores a cobrar e se a operação deveria estar ou não a cargo da

Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE) ou das administrações municipais.

A equipa de trabalho foi criada através de um documento com assinatura do ministro das Finanças, Augusto Archer Manguera, a que o VALOR teve acesso, onde considera que “na actual conjuntura económica e social do país as receitas comunitárias revelam-se como uma importante fonte de financiamento dos órgãos do poder local”.

O grupo criado ficou responsabilizado, para além dos mecanismos de arrecadação de receitas comunitárias, de definir os critérios de canalização das receitas para a Conta Única do Tesouro (CUT) e desta para as administrações locais, os mecanismos para auxiliar a Administração Geral Tributária (AGT) na aceleração da arrecadação de receitas provenientes do Imposto Predial Urbano (IPU).

A equipa de trabalho, criada no dia nove, deve apresentar o rela-

tório com as definições do estudo até ao dia 23 deste mês, devendo extinguir-se por altura da apresentação do balanço.

O staff ora criado congrega várias figuras do Ministério das Finanças e do Governo Provincial de Luanda (GPL). A coordenação é liderada pelo secretário de Estado do Tesouro do Ministério da Finanças, Mário Nascimento, estando a co-coordenação sob responsabilidade do presidente do conselho de administração da Administração Geral Tributária (AGT), Sílvio Franco Burity.

O grupo inclui ainda o director nacional do tesouro do Ministério das Finanças, Edson Santos Vaz, director do gabinete jurídico do Ministério das Finanças, Carlos Pinto, delegada provincial das Finanças de Luanda, Ana Maria Wola, vice-presidente da comissão administrativa da cidade de Luanda, Amélia Rita e o director-adjunto do serviço de tecnologia de comunicações das Finanças Públicas, Simão Neto.



MEMORIZE

- A **MEDIDA**, aprovada por decreto presidencial em Maio de 2016 e que devia entrar em vigor em Junho do mesmo ano.

2.500

Kwanzas é o valor que alguns distritos urbanos devem pagar pela taxa de lixo.

15

São os dias de trabalho que o grupo criado pelo Ministério das Finanças tem para definir o melhor mecanismo de arrecadação de receitas.

Taxa do lixo e

A taxa dos serviços de Limpeza e Saneamento anunciada pelo governador de Luanda, Higino Carneiro, em Abril de 2016, tem merecido, desde o seu anúncio, contestações e levantamento de dúvidas quanto à forma de aplicação e funcionalidade.

Há especialistas que falam em “desproporcionalidade” nos valores a pagar-se nos bairros nobres em que também vivem populações carentes. A medida, aprovada por decreto presidencial em Maio de 2016 e que devia entrar em vigor em Junho do mesmo ano, prevê, por exemplo, que os bairros Alvalade e Samba devem pagar, por mês, o mesmo valor de 2.500 kwanzas e não antecipa o tratamento a construções anárquicas aí sitas. O documento referencia que a taxa deve ser paga por cada agregado familiar, mas não especifica o número de membros, outro problema levantando por especialistas é o da ausência da figura jurídica “decalçada da tributação portuguesa e que não figuram na legislação nacional”. Permanecem dúvidas igualmente quanto à atribuição de valores de acordo com a localização da residência, bem como com a circunscrição administrativa, e quanto à



UM LOTE DE 35,7 TONELADAS de mangas, provenientes do Dombe Grande, em Benguela, vai ser exportado nos próximos dias, a partir do Porto do Namibe, para Portugal. As mangas foram produzidas na fazenda do agricultor Victorino Marques.



O SERVIÇO DE MIGRAÇÃO E ESTRANGEIROS (SME) arrecadou, durante o ano transacto, cerca de 15 milhões de kwanzas, como resultado do pagamento da emissão de passaportes ordinários, segundo o porta-voz da instituição, Justino Júlio.



seus pecados 'capitais'

contraprestação de serviços expectável pelos contribuintes, quando à partida o pagamento não será efectuado de acordo com a produção de lixo mesurável. A medida vê também questionada quanto à viabilidade nos bairros de difícil acesso em que os proprietários depositam o lixo em valas, não têm cadastro eficiente, e não possuem título de propriedade.

O mecanismo de cobrança é outro ponto de interrogação. Está em dúvida se a taxa do lixo deve ser anexada à fatura da energia (ENDE) ou paga de forma particular por intermédio das administrações municipais. Nos bairros sem electricidade o documento específica que a cobrança deverá ser feita pelas empresas concessionárias da limpeza ou empresas cobradoras, cabendo às administrações municipais a "fiscalização" do pagamento desta taxa, com o apoio das comissões de moradores.

O mecanismo de pagamento e os montantes anunciados também não foram bem acolhidos pela classe empresarial. O director da empresa Habitec e consultor empresarial, Felizberto Capamba acredita que muitas pequenas e médias empresas estão no momento de crise a lutar pela sobrevivência e "num nível demasiado baixo de facturação para se aguentarem com

a medida". O empresário declara que uma taxa cobrada de forma proporcional de acordo com a dimensão da empresa pode "frustrar" as expectativas do Governo Provincial de Luanda, porque muitas são empresas médias em termos de classificação e registo, mas que estão longe tanto em facturação tanto em actividade. Os valores a pagar-se pelas empresas variam entre os 12 mil kwanzas e os 164 mil.

A comissão ora criada faz também referência a mecanismos que serão criados para auxiliar a Administração Geral Tributária na arrecadação de receitas do IPU, que também já se debate com questões como a falta de inscrição dos proprietários dos imóveis na matriz predial, que obrigaram a AGT a criar campanhas porta-a-porta de sensibilização no ano passado.

BENTO BENTO QUIS COMPRAR O LIXO

O ex-Governador de Luanda Bento Bento na tentativa por fim aos problemas de saneamento básico em Luanda tinha anunciado que o Governo passaria a comprar lixo aos cidadãos para garantir a limpeza da capital, mas a medida nunca chegou a vigorar.

PROJECTO CONGELADO PELA TERCEIRA VEZ

Crise trava construção do Porto do Kwanza-Sul

INFRAESTRUTURA. Porto Amboim vê mais uma vez adiado o sonho de ter um serviço portuário comercial. Só a primeira fase está orçada em 400 milhões de dólares e o Governo diz não ter dinheiro.

Por António Miguel

O projecto de construção do Porto Comercial de Porto Amboim, no Kwanza-Sul, poderá já não sair do papel este ano, como estava previsto. O plano encontra-se novamente congelado por falta de verbas, sendo que esta é a terceira vez que o projecto é protelado, desde que foi apresentado há cinco anos.

Segundo o presidente do conselho de administração do Porto Amboim, Abel Cosme, a crise financeira está na base do congelamento deste programa governamental. Depois de falhar em 2013 e 2014, a primeira fase deveria arrancar neste primeiro trimestre de 2017, prevendo-se a conclusão global da empreitada para 2024.

Quando, em 2014, foi apresentado pela segunda vez, o projecto, avaliado em 400 milhões de dólares, ficou-se a saber também que a obra seria executada pela Sociedade SPAL, que surge da sociedade entre a petrolífera pública Sonangol e o grupo Sogester (gestor de terminais), tendo sido este último que se encarregou da elaboração da 'maquete' do futuro porto.

A presidente do conselho de administração da Sonangol, Isabel dos Santos, já avisou que a sua administração vai concentrar-se na liquidação de dívidas da empresa. Aliás, várias empreitadas ligadas à petrolífera (como a obra da Refinaria do Lobito, em Benguela) foram canceladas pelas mesmas razões de ordem financeira.

O futuro porto do Kwanza-Sul está projectado numa área de 80



A infra-estrutura deverá estar dotada de capacidade multifunções para enviar cargas

400

Milhões de dólares é que o deverá custar a construção da primeira fase do Porto Amboim.

hectares e o orçamento total da obra prevê também estudos preliminares de impacto ambiental, drenagem, molhes e aterros. "Vontade há para construção deste porto, o que não há é o dinheiro. Mas temos de compreender, porque sabemos que há crise e este não é o único programa do Governo que foi congelado. Só estamos no início do ano. Vamos aguardar", tranquiliza Abel Cosme.

Prevê-se a construção num calado médio de profundidade de 18.5 metros, sendo que a ponte cais deverá ter um comprimento de 1.940 metros, capaz de permitir a carga

e descarga de um número considerável de contentores.

A infra-estrutura portuária, que se pretende moderna, deverá ainda estar dotada de capacidade multifunções para receber ou enviar carga convencional, granel e carga offshore.

Com a construção do novo Porto Comercial do Porto Amboim, o Governo prevê impulsionar o crescimento económico do Kwanza-Sul, bem como integrar a província no roteiro marítimo mundial.

Este porto, apesar de ter já há alguns anos um conselho de administração, é o único, entre seis portos de Angola (de Cabinda, Zaire, Luanda, Lobito e Namibe) que não realiza actividade comercial. A empresa tem 45 funcionários.

Entretanto, há correntes que minimizam a construção de um porto, no Kwanza-Sul, pela proximidade da província com os portos de Luanda, a Norte, e de Lobito, a Sul. Mas, Abel Cosme justifica a construção, argumentado que uma "infra-estrutura portuária é sempre rentável", pelas potencialidades agrícolas e pecuárias da província.

Economia/Política

ENTRADA PROJECTADA PARA 2020

Angola adia novamente zona de comércio livre

COMÉRCIO. Angola adia, mais uma vez, entrada na zona de livre de comércio da SADC e aponta 2020 como data provável, segundo fontes oficiais. Especialistas mostram-se cépticos devido aos sucessivos adiamentos mas encorajam a entrada.

Por José Zangui

A

entrada de Angola na zona de comércio livre da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), projectada para

este ano, poderá acontecer apenas em 2020.

Segundo a secretária de Angola na SADC, Beatriz Morais, o assunto está em análise, havendo necessidade de se ajustar a legislação com as normas da região e internacionais.

Entretanto, o ministro do Comércio, Fiel Constantino, avançou recentemente que estão já em estudo os produtos e serviços que terão restrições aduaneiras e a revisão da legislação sobre medidas sanitárias.

De acordo com o economista e investigador do Centro de Estudo e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola, Precioso Domingos, o receio de Angola quanto à adesão à zona de livre comércio deve-se a dois factores principais: a necessidade de se fazer “um trabalho de casa”, como dismantelar algumas barreiras alfandegárias, infra-estruturais e políticas, mas também à necessidade de proteger o empresário nacional, que, em seu entender, “concorreria em desvantagem caso se abram as “portas”.

O especialista considera que Angola não está preparada para competir com os demais países da região, que já se revelam mais consistentes, “tem uma indústria



Angola esquiva protocolo há 8 anos

Os chefes de Estados da Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), através de um protocolo, criaram, em 2008, a Zona de comércio livre. A sede da comunidade está na cidade de Gaborone, Botswana.

A adesão na zona livre impõe aos estados membros uma redução a zero das taxas alfandegárias de 85% dos produtos a serem comercializados no espaço da SADC.

No ano do lançamento a ministra angolana do Planeamento, na altura, Ana Dias Lourenço afirmou que o país “ainda não está em condições de aderir à Zona de Comércio Livre, por se encontrar numa fase de reconstrução e relançamento da sua produção interna”.

Seis anos depois, em 2014, Rosa Pacavira, que ocupava a pasta do Comércio justificou o adiamento nos seguintes termos: “Se nós abrirmos agora o mercado vamos deixar de produzir muita coisa que temos que produzir, porque se Angola adere agora vamos ter aqui toda a SADC a vender produtos e nós não vamos produzir”.

O ano de 2017 parecia ser tempo certo. Em Agosto de 2015, o ministro das Relações Exteriores, George Chikoti, em Gaborone, garantiu que “Angola vai aderir à zona de comércio livre da SADC, em 2017”. Entretanto já adiado.

Segundo justificou da ministra do planeamento, da altura, a decisão do Governo não significa desinteresse do país em relação ao processo de integração económica regional. “Quando, a seu tempo, as condições que consideramos indispensáveis estiverem criadas, o país vai dar um passo nesse sentido”, disse em 2008.

O comércio angolano intra-Comunidade continua a ter um peso relativo reduzido face às relações comerciais do país com o resto do mundo, segundo um estudo divulgado, em 2015.

No último quinquénio, até 2015, as receitas aduaneiras de Angola provenientes do comércio com a SADC corresponderam a 8,30% das receitas alfandegárias totais, em moeda o correspondente a 292,18 milhões de dólares.

Os dados que constam do “Estudo do Impacto da Adesão à Zona de Comércio livre da SADC nas Receitas Alfandegárias”, realizado no âmbito do Projecto de Assistência Técnica ao Secretariado Nacional da SADC evidenciam que a arrecadação e receitas alfandegárias com os Estados-membros são essencialmente resultante do fluxo de importação, uma vez que no processo de exportação apenas se regista a cobrança das despesas de tipo administrativo, nomeadamente emolumentos”, refere o estudo

infantil, para além de ter vivido a chamada ‘febre holandesa’, que pressupõe a aposta na exploração de um único produto para a entrada de divisas e esquecendo-se dos demais sectores”. A zona livre é composta actualmente por 13 dos 15 membros da SADC. Os países que estão fora são, além de Angola, a República Democrática do Congo e as Ilhas Seicheles. “Angola não consegue emparceira-se com outros países, inclusive com aqueles cujo rendimento médio per capita é inferior ao de Angola, como é o caso de Moçambique”.

Na SADC, entre 2004 e 2014, Angola registou taxas de inflação anuais de 12% em média, apenas acima da Tanzânia e, este ano, o Governo projecta uma taxa de inflação de 40,6%.

Entretanto, apesar das desvantagens, os especialistas entendem ser necessária a adesão sob pena de o país ficar isolado.

O economista Alves da Rocha, em declarações ao VE, no ano passado, sobre a adesão de Angola à zona de livre comércio da SADC, defendeu a necessidade de o país aprofundar reformas institucionais, acelerar os investimentos em infra-estruturas de modo a ser competitivo, pois considera que “nenhum país é competitivo em todos os sectores, e porque as economias são altamente especializadas, o sucesso de Angola neste processo, depende da forma como as nossas empresas se vão organizar para competir a nível da região, porque afinal são as empresas que concorrem e não os países”.

Os investigadores do CEIC mostram-se cépticos quanto à adesão à zona livre, pelo facto de antes o Governo ter avançado com outras datas que não cumpriu.



O BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTO (BAI) pretende financiar o relançamento do parque industrial da província do Huambo, que se encontra paralisado. A informação foi prestada pela administradora instituição Inokcelina dos Santos, que se dirigia a empresários presentes numa palestra sobre política de crédito no BAI.



O FMI CONSIDEROU, semana passada, que os países com menor rendimento devem diversificar a economia e as exportações, num relatório que alerta que as condições financeiras podem piorar para os exportadores de matérias-primas.



COMISSÃO NACIONAL ELEITORAL PREPARA PLANO DE ACÇÃO

Orçamento para eleições causa ansiedade à oposição

CUSTOS. Partidos políticos alegam ser insignificante a verba orçamentada para a preparação e realização das eleições gerais, enquanto a Comissão Nacional Eleitoral discute 'plano estratégico' para o pleito.

Por António Miguel

O Orçamento Geral do Estado (OGE 2017) prevê 35 mil milhões de kwanzas para a organização das eleições, valor que enfurece os partidos políticos da oposição, que o qualificam como 'residual' e irrisório. Entre outras demandas, esta verba deverá cobrir as despesas logísticas da CNE, bem como financiar a campanha dos partidos que deverão disputar as eleições (ainda não está definido o número de partidos concorrentes). Do 'bolo orçamental para as eleições', o Tribunal Constitucional e o Ministério da Administração do Território deverão receber também as respectivas 'fatias'.

Transportes, serviços informáticos, cadernos eleitorais, 'spots' e cartazes publicitários fazem parte das listas das necessidades do acto eleitoral, sem esquecer a alimentação e os subsídios para o pessoal recru-

tado que vão trabalhar nas assembleias de voto. Para isso, por exemplo, argumentam fontes, "ainda não se sabe quanto é que se vai gastar". A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) ainda não tem um plano de preparação e realização das eleições, mas fontes ligadas ao processo garantem que o documento está em discussão e que, até ao final deste mês, deverá ser aprovado pelo órgão colegial da CNE, presidido pelo juiz Silva Neto.

Sem a aprovação do 'plano estratégico', fica-se impossibilitado de saber quais deverão ser as 'reais' necessidades logísticas ou materiais, bem como de recursos humanos para a organização do pleito eleitoral, que vai eleger o Presidente da República, vice-presidente da República e deputados. Mas, sabe-se já que vários serviços ligados ao processo deverão ser terceirizados a diferentes empresas especializadas.

Os deputados da oposição estão ainda preocupados com a quantia que vão receber, desejando que se entregue "em tempo oportuno para se evitarem erros do passado". A deputada da UNITA, Mihaela Webba que defende ainda que o orçamento global

19,3

Mil milhões de kwanzas dinheiro cabimentado para CNE prepara e realizar as eleições, além do que deverá receber do valor (35 mil milhões de kwanzas) global do processo.

MEMORIZE

- **ALÉM DO VALOR** global para realização das eleições, a Comissão Nacional Eleitoral beneficia de um orçamento para manter despesas correntes da instituição, mas também para actos preparatórios relacionados com eleições. O OGE de 2017, por exemplo, prevê para essa rubrica 19,3 mil milhões de kwanzas.

do processo eleitoral devia ser gerido exclusivamente pela CNE, acrescenta ainda mais dúvidas: "este valor tão baixo faz-me pensar que nas outras eleições houve sobrevalorização, porque custaram mais. O kwanza desvalorizou-se e os bens e serviços estão mais caros", alerta.

Para o presidente da bancada parlamentar do PRS, Benedito Daniel, os 35 mil milhões de kwanzas "não são suficientes sequer para suportar 30% dos custos globais do sufrágio universal". "Há quem diga que a oposição não faz nada, mas nós discutimos isso. Fizemos as nossas contribuições, só que o MPLA não as aceita."

O porta-voz da FNLA, Joveth de Sousa, lembrou que os materiais de propaganda são importados, pelo que avisa que os partidos políticos da oposição enfrentarão várias dificuldades no que toca à aquisição dos referidos artigos, tendo em conta que Angola ainda está a enfrentar a crise cambial, iniciada em 2014. "Ainda não sabemos quanto nos vão dar, mas, à partida, é fácil notar que será muito pouco dinheiro. O kwanza está desvalorizado e o dólar está difícil."

"O nosso processo eleitoral é muito burocrático e há falta de transparência, o que dificulta as pessoas terem uma opinião. Só em Luanda, está a falar-se de 30 mil mesas de votos e sendo um valor global, parte vai para a CNE, TC e MAT. Não sei se o que sobrar chegará para os partidos políticos realizarem as campanhas eleitorais em todo o território nacional", reflecte Filomeno Viera Lopes, do Bloco Democrático.

Nas eleições de 2012, nove formações políticas disputaram as eleições, tendo cada um recebido o equivalente há 800 mil dólares. Na altura, os partidos da oposição também argumentaram ter sido irrisório o valor para além de se queixarem dos constrangimentos porque receberam o dinheiro apenas um mês antes do escrutínio. O Ministério da Administração do Território gastou, na primeira fase do registo eleitoral (25 de Agosto a 20 de Dezembro), 30 mil milhões de kwanzas, segundo o secretário de Estado para os Assuntos Institucionais, Adão de Alemida, que calculou os custos globais do processo em cerca de 40 mil milhões de kwanzas.

Mercado & Finanças

AMÍLCAR SILVA, PRESIDENTE DA ABANC

ABANC sugere mecanismo de resgate aos bancos

BANCA. Amílcar Silva afirma que há bancos em dificuldades “a que deve ser estendida a mão” e lembra que a má gestão bancária pode ter origem na maneira como globalmente se dirige o país e em como os agentes económicos se comportam. O presidente da ABANC é peremptório na defesa da banca nacional das acusações de que se converteram em casas de câmbio e atribui a culpa à economia.

Por Cândido Mendes

Uma ‘minoría’ de bancos angolanos pode estar em dificuldades financeiras e poderá precisar de auxílio para sair da situação em que se encontra, alertou, em entrevista ao VALOR, Amílcar Silva, presidente da Associação dos Bancos Angolanos. “Temos bancos grandes, médios, pequenos, com os rendimentos nessa dimensão”, explica Amílcar Silva. “Somos muitos, temos bancos que estão melhores, temos bancos que estão piores”.

A ABANC não conhece os casos individuais em profundidade, mas entende que “aos que estão pior deve ser estendida a mão”, na forma de um mecanismo que pode ser um instrumento de Estado ou detido pelos bancos todos que seria benéfico, “pois salvando-se um banco, salva-se o sistema financeiro num todo”. Após a prestação desse apoio, nivelar-se-iam as instituições resgatadas para que “passem a funcionar de forma mais rigorosa e mais ajustada”, cumprindo com as regras do país e com as novas práticas internacionais.

Para o líder da ABANC, é necessário salvaguardar duas situações: as poupanças dos clientes e o ‘know-how’

acumulado pelas instituições em causa.

“Os bancos recebem os depósitos dos clientes, temos de os guardar e temos de os voltar a entregar quando eles os quiserem receber”, reforçou. “Temos muita gente que trabalha nesses bancos, temos gente com ‘know-how’, não precisamos de desperdiçar essa gente, porque a economia vai crescer outra vez”.

Esses bancos, que Amílcar Silva prefere não nomear, estão “em dificuldades porque o negócio baixou muito. Os negócios pioraram na qualidade e na quantidade.”

No histórico do sistema bancário angolano, apenas um banco privado, o ex-BESA, e “este ano, os bancos públicos” beneficiaram de um resgate financeiro, recorda o presidente da ABANC. “Os bancos estão sujeitos a muitas circunstâncias que também lhes são exógenas”, lembra Amílcar Silva. “Não podemos dizer que se um banco entrar em queda, é porque foi mal gerido. Porque essa má gestão também tem origem em muitas coisas. E pode ter origem na maneira como nós globalmente dirigíamos o país, a economia, e em como os agentes económicos se comportavam na economia.”

ECONOMIA OBRIGOU BANCOS AO CÂMBIO DE DIVISAS

Durante muito tempo a venda e compra de divisas proveram aos bancos a maior parte dos seus rendimentos e os bancos ficaram “desincentivados” a investir noutras frentes, assim, pelo

menos, rezam as “acusações” múltiplas vezes arremessadas às instituições financeiras. A ABANC, na voz do seu presidente, porém rejeita-as e atribui a culpa à “economia”. “As pessoas dizem para os bancos habituaram-se a ser casas de câmbios! Não, a nossa economia é que nos obrigou, aos bancos todos, a ter como um negócio fundamental, a compra e venda de divisas.”

Hoje essa situação já não corresponde à realidade dos bancos, por exemplo, as contas de 2015 (as do ano passado ainda estão por fechar), indicam que os rendimentos bancários estão repartidos, quase “50/50” entre venda e compra de divisas e nos créditos concedidos.

Em 2015, ainda se venderam valores substanciais de divisas, mas essa realidade poderá ser diferente, com os créditos a subirem ligeiramente, nas contas de 2016, pois, embora tenha havido “grandes restrições” na concessão de empréstimos, os juros também subiram, o que vai fazer pender a balança de rendimento para aquele segmento.

Entre os grandes desafios para o ano que se inicia, a ABANC aponta para o respeito ao ‘compliance’, esse conjunto de normas legais e regulamentares na banca. E lembra que “mesmo noutras partes do mundo, os bancos também estão aflitos” para atender às regras. “Já estivemos numa zona cinzenta, de grandes restrições”, afirma Amílcar Silva. “Dentro do quadrante que o BNA tem estado a trabalhar, nessa matéria, também na questão da supervisão,



etc, melhoramos e no ano passado conseguimos saltar de nível”.

A ABANC criou um grupo especializado tecnicamente cujo objectivo é colocar os bancos associados no mesmo nível em termos de ‘compliance’. “Não interessa termos cinco bancos que são

muito bons em ‘compliance’ e o resto que são maus”. “Vê-se que o governador do BNA tem estado a sair, o BNA está a comandar esse assunto, temos uma ligação umbilical muito grande nessa matéria, creio que estamos muito melhor do que há dois anos.”



O GOVERNO e o banco estatal polaco Bank Gospodarstwa Krajowego (BGK) vão celebrar um memorando de entendimento que visa facilitar o investimento privado em Angola e as exportações, indica um despacho presidencial.



O BNA realizou, entre 3 e 6 de Janeiro, vendas de divisas no montante de 285,3 milhões de euros (cerca de 318,8 milhões de dólares) para cobrir, entre outros, operações do sector petrolífero, agrícola e bens diversos.

VALORES ESTÃO EM CIRCULAÇÃO DESDE DEZEMBRO

Escassez de troco obriga BNA a introduzir notas de 5 e 10 kz

POLÍTICA MONETÁRIA. Banco central foi obrigado a autorizar a circulação de notas de cinco e 10 kwanzas por escassez de notas de menor valor facial. Estratégia previa cobrir Dezembro e foi direccionada às províncias do Norte. Objectivo é aumentar a capacidade de troco nas operações.

Por Nelson Rodrigues

Estão em circulação, desde Dezembro, notas de cinco e 10 kwanzas, contrariando a estratégia inicial do Banco Nacional de Angola (BNA) que, desde 2013, previa apenas a circulação de moedas metálicas de igual valor facial, nas transacções de mercado, constatou o VALOR junto de vários agentes económicos em Luanda e Malanje.

De acordo com fontes dos cinco principais bancos, as notas entraram no mercado, através das dependências dos bancos na zona Norte do país, que, entre Novembro e Dezembro de 2016, se queixavam de escassez de moedas e notas de menor valor facial. Às queixas dos bancos juntaram-se às dos operadores durante a quadra festiva.

Uma pesquisa do VALOR apurou que, em Malanje, Uíge, Cabinda e Zaire, as notas já circulam quase em igual proporção à das moedas. A estratégia dirigida ao Norte 'furou' fronteiras até Luanda e Sumbe, no Kwanza-Sul, onde as novas notas também já circulam.

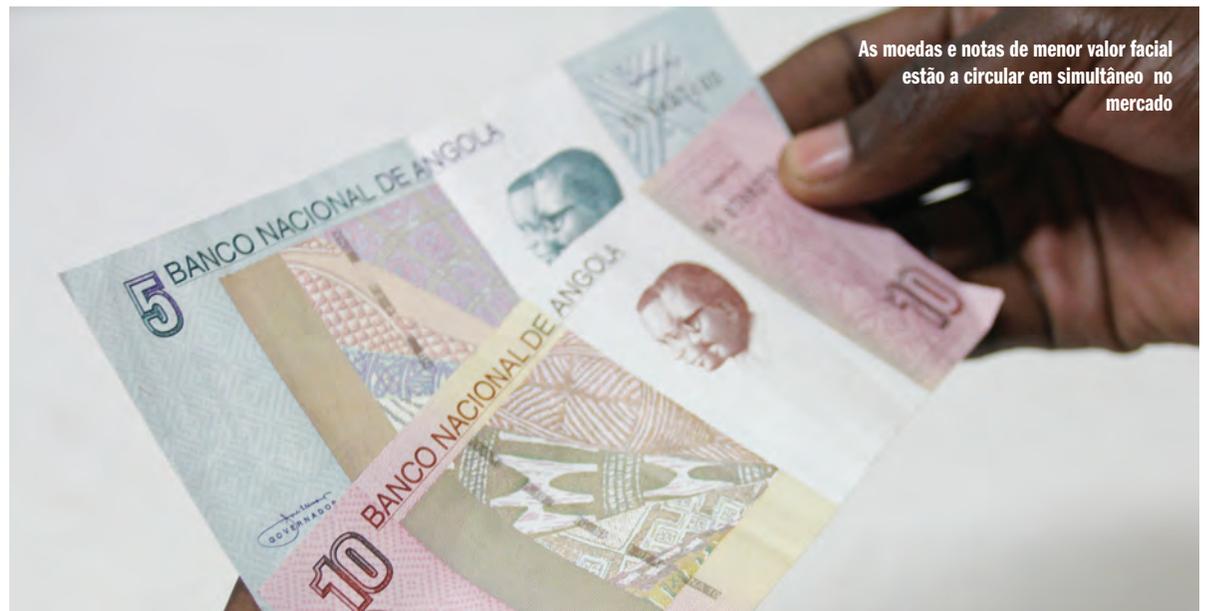
A 18 de Fevereiro de 2013, entra-

ram em circulação as novas moedas metálicas e notas, retirando do mercado a série de 1999. No lançamento da 'nova família de kwanzas' - como passou a ser conhecida a série de 2012 - não se incluíam estas notas, nem o BNA antecipou qualquer introdução progressiva.

Actualmente, as moedas e notas de cinco e 10 kwanzas estão a circular ao mesmo tempo e a serem aceites por vários operadores económicos, apesar de alguns resistirem, alegando não ter informação sobre a colocação destas notas no mercado pelo BNA.

O VALOR contactou o Gabinete de Comunicação Institucional do BNA, para apurar a necessidade de introdução dessas notas, e se a aposta nas moedas metálicas foi abandonada, mas, até ao fecho desta edição, não obteve respostas. Nas questões colocadas ao banco central, o jornal questiona ainda o 'paradeiro' das moedas nessas regiões e o racional do regresso às notas em detrimento das moedas, sendo que, a nível internacional, a produção de moedas é reconhecidamente mais onerosa que a de notas, tendo a vantagem da durabilidade.

Um alto quadro da administração do Banco Angolano de Investimento (BAI) confirmou ao VALOR que, no caso do BAI, o Zaire foi o ponto de lançamento das notas. "Em Luanda, o BAI não colocou essas notas. Mas a operação incluiu mais províncias do Norte", garante o res-



As moedas e notas de menor valor facial estão a circular em simultâneo no mercado

MEMORIZE

● **Notas** entraram para o mercado através das dependências dos bancos na zona norte do país que se queixavam de escassez de moedas e notas de menor valor facial entre os meses de Novembro e Dezembro do ano passado. Às queixas dos bancos juntaram-se as dos operadores durante a quadra festiva.

ponsável, citando uma directiva do banco central.

Outra fonte da tesouraria do Banco Millennium Atlântico (BMA), em Luanda, contou ao jornal que as agências receberam da parte da administração autorização para a aceitação das notas durante a quadra festiva, com igual justificação de escassez de moeda de baixo valor facial, e a facilitação de troco para cobrir as províncias do Norte em Dezembro. Segundo a fonte "os bancos não sabiam que as notas estavam a circular em Luanda, porque a orientação era apenas para províncias específicas".

BFA E BPC CONFIRMAM NOTAS

Os bancos de Fomento Angola (BFA) e o de Poupança e Crédito (BPC) também registaram entrada das notas nas suas agências. "A explicação que recebemos dos nossos administradores é a do reforço da base monetária em circulação, sobretudo nas províncias do Norte", disse a fonte da área comercial do BFA, na zona Luanda-Cacuaco.

Aumentar as características de segurança nas notas e moedas e facilitar as relações comerciais entre os operadores económicos foram as justificações do antigo governador do BNA, José de Lima Massano, para o lançamento da 'família do kwanza', que integra as moedas metálicas de 50 centimos, 1, 5 e 10 kwanzas e notas de 50, 100, 200, 500, 1.000, 2.000 e 5.000 kwanzas.

"A emissão de moedas metálicas revela, também, a preocupação do BNA com a manutenção de relações comerciais mais justas. De facto, com as moedas de um baixo valor monetário, os comerciantes retalhistas vão ter maiores possibilidades e mais alternativas na definição do preço dos bens (...)", sublinhou, na altura, o antigo governador.

Acolhimento das moedas

O grupo de moedas de 50 centimos, 1, 5 e 10 Kwanzas integram a série de 2012, assim como as notas de 50, 100, 200, 500, 1000, 2000 e 5000 kwanzas. Do grupo da 'nova família de kwanzas', nem todos os membros vingaram. Ou seja, no conjunto do dinheiro colocado em 2013, apenas as notas mantiveram circulação fluída por todo o país. As moedas, cerca de 100 milhões de unidades introduzidas em 2012 e 2013, tiveram fraca receptividade, segundo agentes económicos, por falta de cultura, por dificuldades de transporte e arrecadação. E as queixas sobre esse meio de pagamento persistem. Também há queixas quanto à circulação da nota de 200 Kwanzas. Desde princípios de 2015 que não é vista nas operações de compra e venda. Das reclamações, sobressai também o descontentamento com a qualidade do papel.

Mercado & Finanças

NOVO PRODUTO DE NEGÓCIO BANCÁRIO

Banco Económico cria marca 'Umoxi' para clientes de rendimento alto

BANCA. Instituição inclui no seu portefólio de serviços novo produto que se dedica a particulares de rendimento alto ou com aplicações de volume médio. Condições de adesão ao produto estão “acima” do exigido a clientes do retalho e “abaixo” do private banking.

Por Nelson Rodrigues

directora executiva para a rede comercial, Henda Teixeira.

“Os clientes Umoxi são clientes particulares, com rendimentos mais altos ou com aplicações financeiras de volume médio. O banco definiu o perfil de clientes Umoxi diferenciando do cliente do retalho e do private, mantendo o objectivo de continuar a apostar numa atitude e cultura centrada em clientes com perfis diferentes”, explica a responsável, em nota enviada ao VALOR.

O novo produto passa a integrar o grupo de cinco segmentos até agora disponibilizados pelo banco, que inclui o ‘private banking’, particulares, empresas, ‘oil & gas’ e áreas especializadas, e surge do ‘vazio’, em termos de produtos, que não eram disponibilizados pelo mercado bancário nacional.

Quem aderir ao produto passa a estar contemplado com subscri-

Um novo produto bancário foi lançado pelo Banco Económico com vista a dar atenção “diferenciada” a clientes que tenham rendimento alto e que não sejam dos segmentos de retalho nem do private banking.

Denominado ‘Umoxi’ - o único no Kimbundo - o serviço deve abranger clientes do banco com rendimentos financeiros de nível alto, assim como os que tenham aplicações bancárias de volume médio, numa nova linha de negócio que poderá oferecer serviços personalizados, de acordo com a



Quem aderir ao produto passa a estar contemplado com subscrição de contas à ordem.

ção de contas à ordem, aconselhamento “constante” na gestão das aplicações, e opções de poupança com taxas mais atractivas, além da renovação automática de cartões multicaixa, com imagem diferenciada, e do acesso aos canais directos: EconómicoNet e EconómicoNet App.

A lista de ‘soluções’ inclui ainda a recepção de uma e-newsletter semanal, com “conteúdos fundamentais para estarem permanentemente informados sobre as mais recentes dinâmicas e desenvolvimentos do mercado financeiro”,

estando assim “melhor preparados” para a tomada de decisões que permitam aumentar a rentabilidade do património.

Este segmento passa a ser suportado por uma equipa do banco que é composta por dois gestores e um director, sendo que o atendimento é efectuado em espaços exclusivos.

“Está já criado o primeiro centro ‘Banco Económico Umoxi’, na agência da Mutamba. Posteriormente, serão criados mais centros”, garante a entidade presidida por Sanjay Bhasin, este que qualifica o novo seg-

mento como “sólida oportunidade” de desenvolvimento para o banco.

“Esta estratégia de segmentação que estamos a implementar representa mais um passo do compromisso, assumido pelo Banco Económico, com a criação de soluções e serviços financeiros inovadores, que respondam às actuais necessidades e às tendências evolutivas de uma nova classe de clientes, mais exigente e desafiante, face à oferta tradicional da indústria bancária de Angola”, assegura Bhasin, presidente da comissão executiva do banco saído do ex-BESA.

‘Freio’ a Isabel dos Santos na banca portuguesa

O caso de Isabel dos Santos, accionista do BIC e do BPI, levou a Autoridade Bancária Europeia a defender mais controlo sobre a autorização dos accionistas qualificados dos bancos, noticiou, a semana passada, a imprensa lusa, ressaltando que a posição, que levou a empresária angolana a sair da administração do BIC, surge em resposta a questões da eurodeputada Ana Gomes. A Autoridade Bancária Europeia

admite que os supervisores possam ser autorizados a suspender o direito de voto de alguns accionistas em certas condições.

A Autoridade Bancária Europeia revela, em comunicado, que a empresária angolana “já não faz parte de nenhum órgão de gestão de qualquer instituição de crédito em Portugal”, o que aconteceu “após várias trocas de impressões com o Banco de Portugal”.

Bancos públicos em situação de pré-falência

O economista Manuel Alves da Rocha disse, sexta passada, durante uma conferência, em Lisboa, que, em Angola, “há bancos comerciais públicos em situação de pré-falência” e que “a situação presente é de enormes dificuldades para o futuro”.

De acordo com o economista, citado pela Lusa, o “o sistema bancário angolano atravessa uma situação muito complicada”, considerando que há bancos que não cumprem determinadas regras internacionais.

“Há bancos comerciais públicos em situação de pré-falência e o próprio governador do Banco Nacional de Angola anunciou a possibilidade de alguns bancos poderem falir”, disse Alves da Rocha, durante uma apresentação feita em Lisboa.

O economista lembrou que “o sistema financeiro é fundamental para que as economias funcionem, para haver empréstimos, crédito e investimento”.



Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na [tpa](#).

Reposição às segundas-feiras à 01h.

FALAR
CLARO

Empresa & Negócios

CONTAS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2016

Sonangol declara receitas de 228,8 mil milhões kz

RESULTADOS. Valores declarados pela Concessionária foram escriturados no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado. As receitas das companhias operadoras ficaram-se pelos 142.559 milhões de kwanzas.

Por Valdimiro Dias

A petrolífera estatal nacional declarou receitas de 228.869 milhões de kwanzas, durante o segundo trimestre de 2016, indica o relatório de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) do período em referência, reforçando que o valor foi inscrito no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), “como receita na óptica do compromisso”.

O relatório, divulgado no final de Dezembro, assinala ainda que, no capítulo das receitas geradas pelas companhias na função de operadoras, foi declarado um valor de 142.559 milhões de kwanzas, no período em análise, tendo sido regularizado na forma de imposto de produção de petróleo e outros encargos similares.

Numa altura em que continua por se conhecer os resultados referentes ao terceiro e quarto trimestres de 2016, a administração da Sonangol já entecipou que a empresa espera obter receitas brutas de 15.325 milhões de dólares (cerca de 2,5 biliões de kwanzas), em 2016.

Esta previsão representa uma queda de 5,47% face aos resultados de 2015 em que a estatal petro-

5,2

milhões de barris foi produção média diária agregada do crude



lífera nacional conseguiu receitas brutas de 16.212 milhões de dólares (2,6 biliões de kwanzas).

Na mesma tendência, em 2014, a facturação da petrolífera recuou 38,4% para os 24.657 (quatro biliões de kwanzas), depois de ter registado 40.070 milhões de dólares (cerca de 6,6 biliões de kwanzas) no ano transacto.

PRODUÇÃO PETROLÍFERA

Relativamente à produção, o relatório de execução do OGE, realça que, no segundo trimestre do ano passado, “a produção média diária diária agrgada do crude esteve na ordem de 5,2 milhões barris”, sendo 1,8 milhões em Abril, 1,7

milhões em Maio e 1,6 em Junho. Entretanto, o preço do petróleo, no segundo trimestre de 2016, registou uma média de 40 dólares por barril, representando uma variação positiva de 26% comparativamente a igual período do ano anterior.

No segundo trimestre de 2016, Angola exportou um total de 160 milhões de barris de petróleo, registando um acréscimo de 0,5% em relação ao primeiro trimestre do ano em referência.

O relatório de execução orçamental expressa ainda que, no mês de Abril, a exportação de petróleo foi de 56,3 milhões de barris, tendo caído para 51,9 milhões, em Maio, e 51,8 milhões de barris em Junho.

O **Nová Gazeta** na internet

ACESSE: www.novagazeta.co.ao





A **INDUPACKAGE**, fábrica de embalagens metálicas, situada na Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo pretende investir mais 82 milhões de kwanzas para subir a produção diária de duas para três mil latas no primeiro trimestre do ano.



O **PRESIDENTE EXECUTIVO** da Quantum Global, Jean-Claude Bastos de Moraes, anunciou a aquisição do hotel Movenpick Ambassador, em Accra, da sociedade Kingdom Holding (KHC)

TRABALHADORES JÁ NÃO VÃO À EMPRESA

FILDA encerrada por falta de energia

CRISE. Espaço em que se realiza a Expo-Angola não tem energia eléctrica desde Setembro, por causa das dívidas acumuladas. Os funcionários deixaram de aparecer e não recebem salários há nove meses. O PCA da FIL recusa-se a prestar declarações.



AGRICULTURA

FertiAngola abre filial no Kuito

A empresa FertiAngola, vocacionada à venda de produtos agro-pecuários, abriu, semana passada, uma loja para o apoio à actividade dos camponeses na região, no município do Kuito, província do Bié.

O director executivo da FertiAngola, Manuel Monteiro, garantiu que o investimento vai permitir colocar à disposição dos clientes, uma variedade de produtos, entre adubos, agro-químicos, sementes, produtos veterinários, bem como sistemas de irrigação.

A empresa, segundo ainda o seu responsável máximo, tem disponíveis grandes quantidades de produtos para satisfazer as necessidades dos agricultores.

Sem se referir sobre o valor do investimento, Manuel Monteiro referiu que nos próximos dias devem ser abertas lojas do género nos municípios do Andulo e Catobola, no Bié.

Com esta iniciativa, a FertiAngola criou seis novos postos de trabalho e tem lojas do género nas províncias do Namibe, Huíla, Luanda, Huambo e Kwanza-Sul.

Por Isabel Dinis

O espaço que acolhe a maior feira multisectorial de Angola e outras está sem energia eléctrica desde Setembro do ano passado, por causa das dívidas à Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE), confirmaram, ao VALOR, trabalhadores ligados à Feira Internacional de Luanda (FIL).

A falta de energia levou ao encerramento “ocasional” da empresa, já que os cerca de 100 trabalhadores deixaram de comparecer, apesar de terem “vontade de trabalhar, receber clientes e realizar pesquisas”.

De acordo com as declarações de várias fontes, os funcionários, que se dizem dispostos a trabalhar caso a electricidade seja reposta, fizeram vários pedidos ao presidente do conselho de administração (PCA), Matos Cardoso, para que a dívida à ENDE “fosse liquidada”, mas não obtiveram sucesso e foram simplesmente “ignorados”.

Para além dessas dívidas, os trabalhadores estão há nove meses sem salários, o que originou uma greve no final de Dezembro, que serviu somente para que a administração pagasse apenas 70% do salário de um mês. Os funcionários acusam Matos Cardoso de “má gestão”, apesar de este se defender com o argumento de que a FIL se en-

contra nesta situação porque alguns ministérios, com que realizou feiras, ainda não pagaram.

Os trabalhadores recusam-se a acolher as “desculpas” e não acreditam em dias melhores para a empresa, apesar de a administração ter garantido que já escreveu ao Governo e pediu apoio ao Presidente da República para que a situação se resolva. “Não se justifica estarmos tanto tempo sem salário, por causa dos níveis de facturação dos últimos anos, apesar da dívida dos ministérios”, declararam.

O VALOR contactou Matos Cardoso, mas o gestor mostrou-se indisponível em esclarecer qualquer situação, declarando que as questões relacionadas com a empresa deviam ser resolvidas em “fórum próprio” e que não estava “disponível a responder à comunicação social”.

Recentemente, alguma imprensa noticiou que o Supremo Tribunal havia ordenado o afastamento de Matos Cardoso da gestão da FIL e que o gestor poderia ser alvo de um processo de responsabilidade civil e criminal, considerando que não foi “idóneo” na condução da empresa. No entanto, Matos Cardoso respondeu ao VALOR, ainda enquanto PCA da FIL.

OUTRAS ‘MAKAS’

O nome de Matos Cardoso chegou a constar, em 2011, de uma lista do Tribunal de Contas (TC) de gestores públicos e responsáveis pela gestão de fundos públicos que foram alvo de processos em julgamentos e outros condenados em primeira instância.



Matos Cardoso, responsável da FIL, quer as questões da empresa tratadas em “fórum próprio”.

Manuel Tomás ©VE

Na lista, Matos Cardoso aparece com processos de “responsabilidade financeira reintegratória” em julgamento. A lista foi divulgada durante os cumprimentos de fim de ano do TC.

Matos Cardoso, em comunicado divulgado na altura, explicava alguns “equivocos” relacionados com a lista, salientando que “não era um gestor públi-

co”, porque “nunca tinha sido nomeado e, como tal, nunca tomou posse segundo as regras próprias estabelecidas para as empresas públicas”.

O gestor reconhecia a confusão sobre a natureza jurídica da FIL-SA, de que a empresa não era uma empresa pública, mas uma empresa privada de capitais públicos constituída em 2007.

Empresas & Negócios

TRANSPORTES AÉREOS

ENANA anuncia quebra de 28% no negócio

AVIAÇÃO. Empresa registou queda na facturação com o número de passageiros, carga transportadas e nos serviços postais. Incumprimento por parte de alguns clientes ditou quebra nas receitas.

O negócio de transporte aéreo registou, no ano de 2016, quebras de 28% no movimento de aviões, revelou o presidente do conselho de administração da Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e de Navegação Aérea (ENANA), Manuel Ceita, tendo reforçado que a crise financeira prejudicou a actividade daquela empresa que viu a facturação reduzir de forma significativa.

Os indicadores, apontados pelo responsável, indicam que a ENANA teve quebras de 11% no

11%

valor das quebras da empresa no número de passageiros.

número de passageiros e de 19% na carga transportada, para além de 13% nos serviços postais.

O PCA da ENANA, Manuel Ceita, que não divulgou números concretos sobre os resultados, adiantou que 35% da receita prevista ficou por cobrar “devido a incumprimentos por parte de alguns clientes”. Apesar de haver redução de aviões que voam para Luanda, de passageiros e de carga, Manuel Ceita disse que a ENANA tem contribuído para a diversificação económica, assumindo responsabilidades na criação e aperfeiçoamento dos mecanismos que facilitam a circulação de pessoas e mercadorias nos aeroportos.



Apesar da redução, a ENANA contribui para a diversificação económica.



O arranque da produção está previsto para Janeiro.

INFRACÇÕES ECONÓMICAS

Tabaqueira angolana levada a tribunal

A Sociedade Unificada de Tabacos de Angola (SUT) enfrenta uma acção judicial intentada pela Associação Angolana de Direitos dos Consumidores (AADIC), que acusa a referida empresa de violar os direitos dos consumidores por omissão de rótulo na embalagem de algumas marcas de cigarros que fabrica.

Na base desta acção, está o facto de as embalagens das marcas AC e SL, produzidas pela SUT, omitirem informações como “fumar prejudica

gravemente a saúde humana”, bem como imagens de doenças causadas pelo consumo do tabaco, informou o presidente de AADIC, Diógenes de Oliveira.

Para o presidente da AADIC, o comportamento da tabaqueira configura numa violação da Constituição, Lei de Defesa do Consumidor e da Convenção Quadro para Controlo do Tabaco, referente ao primeiro tratado internacional da história sobre saúde pública da Organização Mundial da Saúde (OMS).

AGROPECUÁRIA

Fazenda Chicomba diversifica produção

Uma fazenda denominada “Cavalo” do município de Chicomba, província da Huíla, está desde o ano passado a apostar na criação de gado e na plantação de árvores de frutas diversas, como forma de diversificar a produção agropecuária.

Em recentes declarações à Angop, o proprietário da fazenda, Severino António, disse que o empreendimento, embora esteja na sua fase inicial, já conta com

mais de 100 cabeças de gado, 40 caprinos e cerca de 900 laranjeiras e limoeiros.

O responsável assinalou ainda que, em 2016, já foi possível colher meia tonelada de limões e laranjas, estando-se actualmente a trabalhar para o aumento do rebanho, visando a criação de uma componente industrial de abate e embalagem dos derivados.

Severino António defendeu, por outro lado, a necessidade de

se criarem infra-estruturas de apoio a produção, com destaque para as vias de comunicação para o escoamento e indústrias que permitam transformar a produção dos agricultores.

A fazenda “Cavalo” prevê ainda este ano aumentar a produção de batata de 12 mil toneladas para 15 mil. Para a materialização deste objectivo estão a ser preparados 120 hectares de terra, exclusivamente para o cultivo da batata rena.



É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**3716 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

ATÉ JULHO 2016

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

(In)formalizando

ENQUANTO A REDE PÚBLICA NÃO CHEGA A TODOS

Particulares 'facturam' com a revenda de energia eléctrica

ELECTRICIDADE. A revenda de energia eléctrica dos postos de transformação (PT) particulares é um acto ilegal. Mas o negócio 'ganha terreno', porque a rede pública está longe de acompanhar a dinâmica do crescimento habitacional.



incapacidade da ENDE de chegar em todos os bairros, os PT privados "são indispensáveis", mas os preços devem ser regulados.

Em Cacuaco, foi criada a 'comissão da sociedade civil para a energia, água e saneamento básico', cuja missão é convencer os proprietários dos PT a reduzir os preços e definir 'balizas'. A comissão entende que a diferença entre os preços praticados pelos proprietários de PT não pode ultrapassar os 2.000 kwanzas e que os contratos devem reduzir dos 180 e 60 mil kwanzas para os 40 mil kwanzas, no máximo. Na rede pública, o contrato custa menos de 10 mil kwanzas para uma residência. "O negócio até pode continuar, desde que se pratiquem preços justos. Por enquanto, há desordem", critica Bento Rafael que acusa alguns funcionários da ENDE de estarem a alimentar o negócio.

A comissão prepara um debate com os proprietários e a ENDE para o esclarecimento de todas as dúvidas à volta do negócio.

Há cerca de cinco anos, a extinta EDEL iniciou um processo de passagem dos postos de transformação privados para a gestão pública, mas este processo não é bem aceite pelos proprietários.

AS TARIFAS REAIS

A IRSEA é a entidade que elabora as tarifas da energia e as submete ao Ministério das Finanças. Com a entrada em vigor da Lei Geral das Electricidade, as tarifas foram adequadas ao processo de transformação do sector.

Assim, as tarifas foram fixadas por categorias para alcançar todos os sectores da sociedade. A categoria doméstica baixa renda Kz 2,46 por kwh, doméstica social Kz 3,00, doméstica geral Kz 6,53 e a doméstica especial Kz 7,05 por kwh para a ligação monofásica e seguem-se as categorias de média tensão e outras.

Por José Zangui

Nem a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), nem o Instituto Regulador dos Serviços de Electricidades e Águas (IRSEA) tem o controlo da revenda de energia por parte dos proprietários dos postos de transformação (PT) privados.

Em alguns municípios de Luanda, há mais postos de transformação privados do que da rede pública. Viana e Cacuaco "encaixam-se bem" nessa realidade, de acordo com o director da Energia e Águas de Cacuaco, João Garcia. Segundo este responsável, apesar da expansão da rede pública, Cacuaco tem mais de 40 postos de transformação privados que cobram "preços estrondosos".

A realidade de Luanda não foge muito a das outras províncias e a principal reclamação da população é a mesma: os preços. Os contratos

de adesão chegam a custar 180 mil kwanzas, além da obrigatoriedade de pagar a tarifa mensal que oscila entre os 2.500 e 6.000 kwanzas.

A firma Nzola e Filhos, por exemplo, tem dois PT, em bairros diferentes de Cacuaco, e o seu responsável, que se identificou apenas por Nzola, justifica os altos preços cobrados com os custos que o negócio envolve: pagamento de um valor mensal não especificado à ENDE e compra de cabos para as ligações.

No 'Quilómetro 12', em Viana, Domingos Zua, proprietário de PT, também justifica os preços praticados (3.000 kwanzas mensais pelo consumo) com a mensalidade que tem de pagar à ENDE, que ultrapassa os 500 mil kwanzas por mês.

ENDE SEM ACÇÃO

A Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade admite ter conhecimento da existência de algumas pessoas que, tendo solicitado licença para a montagem de PT para as suas instalações ou empresas, revendem a energia.

Francisco Delgado, director em exercício do gabinete de Comunica-

Como obter uma licença de PT privativo

- Estar constituída como pessoa colectiva
- Estar em Diário da República
- Apresentar o NIF
- Alvará
- Ter direito de superfície
- Croquis de localização
- Comprar o PT
- Carta dirigida à ENDE a solicitar autorização

ção Institucional e Imprensa, esclarece que a ENDE não emite licenças a particulares para a revenda de energia. Explica que os PT particulares são autorizados a clientes de média tensão (empresas/pessoas colectivas) para "atender as suas instalações e não para comercializar energia". E avisa que "a revenda de energia é ilegal e a sua prática incorre em contrafacção", lamentando que os solicitantes "nunca declaram que a energia é para a revenda".

Francisco Delegado admite, no entanto, que os PT privados ainda têm adesão por falta de capacidade de resposta da ENDE. "A empresa é nova e ainda não conseguimos estender a rede pública a todos os pontos, mas, à

medida que vamos estendendo os PT públicos, os privados são desactivados."

O Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e Águas (IRSEA) é a entidade criada pelo Governo para, entre outras atribuições, zelar pela protecção dos clientes. Mas o coordenador da 'comissão da sociedade civil para a energia, água e saneamento básico de Cacuaco', Bento Rafael, entende que o IRSEA "não exerce o seu papel". O VALOR contactou o IRSEA, mas sem sucesso.

ENTRE BANIR O NEGÓCIO E A REGULAÇÃO

Consumidores e directores municipais de energia e águas foram unânimes em afirmar que, face à



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



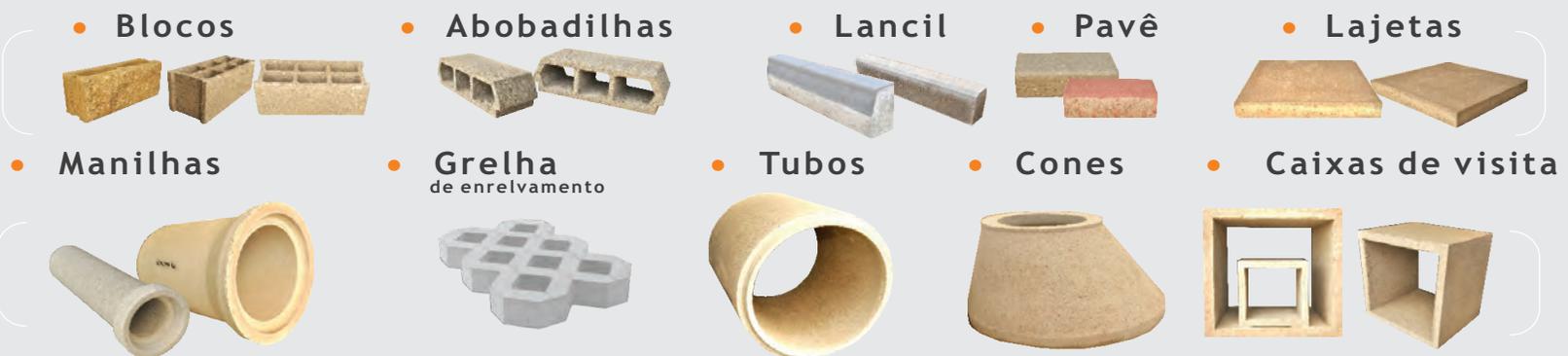
✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



DE JURE

OBRA CIENTÍFICA

Francisco Queiroz retrata economia informal em livro

ESTUDO. Trabalho científico visa identificar as causas, características e os modos de manifestação da economia informal em Angola. Para além de Luanda, a obra será lançada também em Portugal.

Por António Nogueira

O mestre em Ciências Jurídico-Económicas, Francisco Queiroz coloca à disposição do público a obra científica intitulada “Economia Informal-O caso de Angola” em cerimónia a realizar-se no dia 18, na sede da União dos Escritores Angolanos (UEA), sob a chancela da associação e da Faculdade de Direito, da Universidade Agostinho Neto.

A obra científica, que é uma edição da editora Almedina, vai ser lançada também em Portugal, no auditório da

Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, no dia 13 de Fevereiro, com a apresentação do professor doutor Paz Ferreira.

O objecto de estudo do trabalho, segundo o autor, é a identificação das causas, das características e dos modos de manifestação da economia informal em Angola, referindo que a “abordagem adoptada tem por finalidade contribuir para o enquadramento institucional das potencialidades deste sector nas políticas públicas de desenvolvimento económico e social”.

“Trata-se de um estudo com ligações profundas a diferentes ciências e ramos de conhecimento, como a economia, a gestão, a antropologia, a sociologia, a história e a psicologia”, escreve o autor em nota introdutória.

O escopo científico do trabalho, segundo Francisco Queiroz, levou ao uso da metodologia jurídico-económica de abordagem, sendo que “estudou-se, sobretudo, a relação da economia informal com a regulação pública da economia, no quadro das estratégias globais de desenvolvimento económico e social em Angola”.

O livro possui 209 páginas, estando repartido em seis capítulos, sendo que no primeiro o autor faz uma abordagem das várias designações usadas na literatura para significar economia informal, procurando clarificar a abrangência macroeconómica desta designação.

No segundo capítulo, dedicado à delimitação teórica da noção de economia informal, Francisco Queiroz explica os limites teóricos do objecto de estudo.

A relação entre o Estado e a economia informal são retratados no terceiro capítulo, enquanto, no quarto e quinto capítulos, é apresentado o potencial que os agentes da economia informal representam para o desenvolvimento, apontando a sua capacidade empreendedora, as áreas económicas mais abrangidas pela sua acção e as implicações destas práticas na ordem jurídica económica e na política económica de Angola.

Por sua vez, no último capítulo, o autor expende as concepções sobre o sentido e o alcance do que se designa por enquadramento institucional da economia informal e traça a metodologia para a efectivação de um projecto de enquadramento da economia informal nas políticas económicas da realidade angolana.

O autor é Mestre em Ciências Jurídico-económicas pela Universidade Clássica de Lisboa e Professor de Direito Económico da Universidade Agostinho Neto. Actualmente, Francisco Queiroz exerce as funções de ministro da Geologia e Minas do Executivo Angolano.



Contratos públicos ‘exigem’ contrapartidas

Os contratos públicos celebrados pelo Estado angolano acima dos 10 milhões de dólares vão passar a incluir a negociação de contrapartidas de vários tipos, para “aumentar o valor económico” associado às respectivas aquisições.

A informação consta da nova lei que aprova o regime jurídico das contrapartidas dos contratos públicos, que entrou em vigor no final de 2016, e que abrange também a aquisição de bens e serviços por parte do Estado.

As contrapartidas serão aplicáveis à “formação e execução de todos os contratos públicos” em moeda estrangeira de valor igual ou superior ao equivalente a 10 milhões de dólares, incluindo por órgãos do Estado dos sectores da Defesa, segurança e ordem interna.

Aplica-se igualmente aos contratos de aquisição de bens e serviços a celebrar em moeda nacional igual ou superior a 700 milhões de kwanzas.

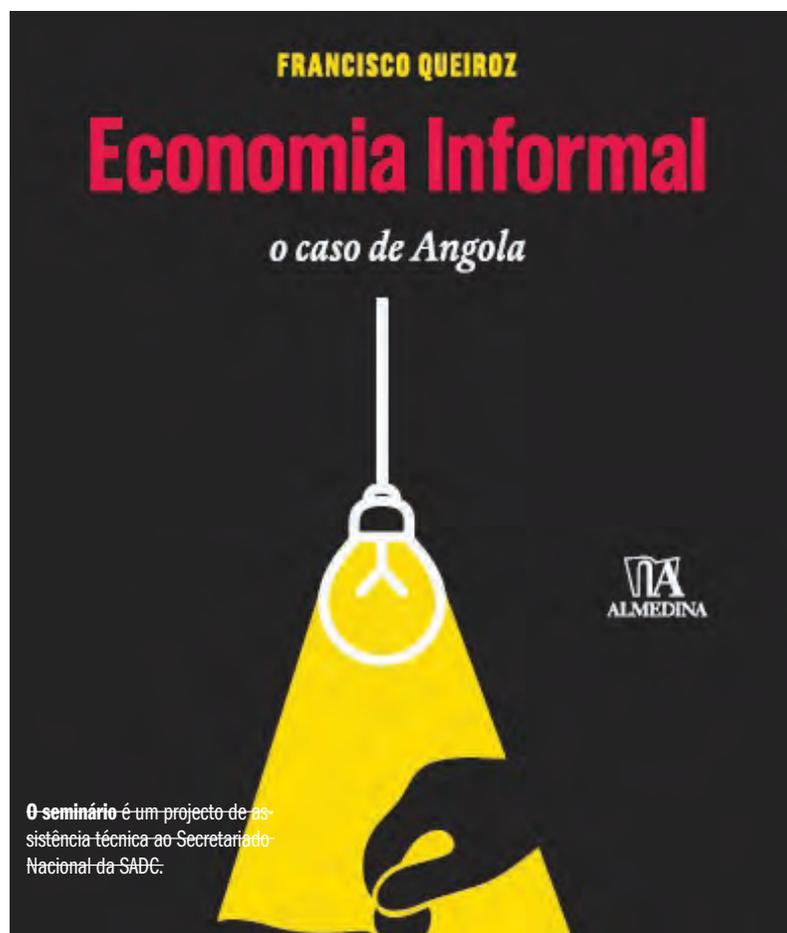
Com a negociação de contrapartidas, o Governo pretende obter a transferência de tecnologia e ‘know-how’, a industrialização, formação técnico-profissional, incremento de

postos de trabalho e da produtividade, a abertura de novos mercados para exportação ou a “deslocação industrial”.

“As contrapartidas visam também a criação de capacidades empresariais na área das indústrias de defesa, garantindo particularmente a participação nacional na cadeia de valor associada aos equipamentos ou sistemas objecto de fornecimento, ou a construção de capacidades nacionais ligadas à sustentação do ciclo de vida de equipamentos ou sistemas de defesa adquiridos pelos órgãos do sector de defesa, segurança e ordem interna”, lê-se no texto desta legislação.

Entre as modalidades as modalidades de contrapartidas previstas estão as trocas comerciais, contra-compra, compensação, recompra, co-produção, transferência de tecnologia, subcontratação ou investimento.

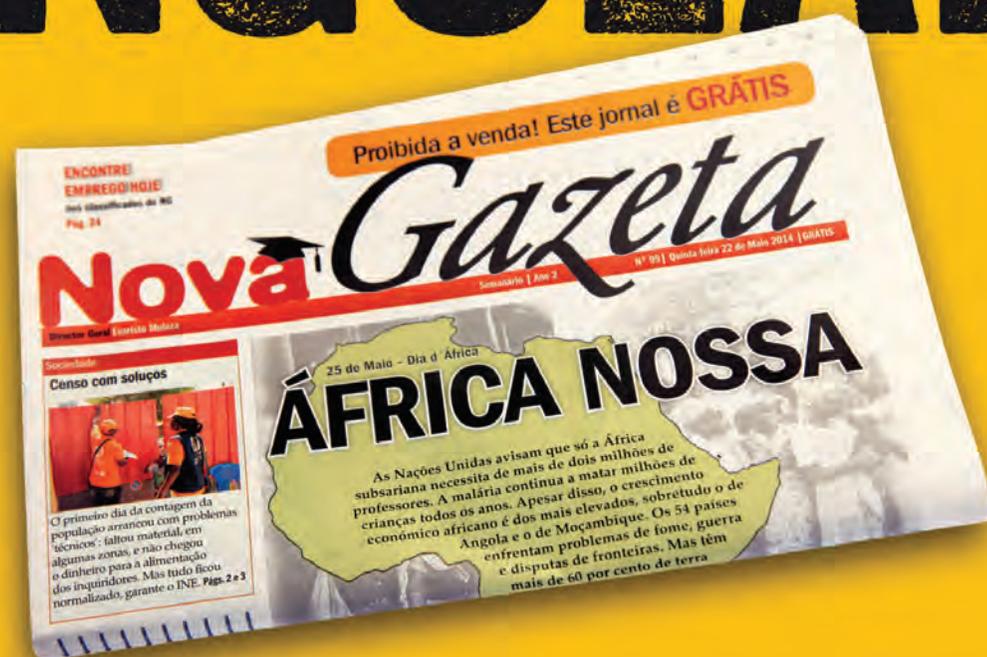
Os sectores prioritários para a negociação de contrapartidas estão também definidos na mesma destacando-se, entre outros, a Defesa Nacional, Segurança e Ordem Interna, Agricultura, Comércio, Educação, Transportes, Energia e Águas, Indústria, Saúde, Minas, Pescas, Telecomunicações, Ciência e Tecnologia, Hotelaria e Turismo ou Ambiente.



O seminário é um projecto de assistência técnica ao Secretariado Nacional da SADC.

1000.0000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

Gestão

RALPH LAUREN, DE POBRE A MILIONÁRIO

O dono e criador das polos

MODA. Começou por vender gravatas na rua para sobreviver e acabou por construir um império. Acabou por ser o estilista dos seus ídolos do cinema e do desporto. Ralph Lauren é uma das principais figuras da alta costura e um dos criadores mais ricos do mundo.

Por Emídio Fernando

Aos 28 anos, sem uma formação específica, Ralph Lauren limitava-se a ser um vendedor de gravatas, num balcão. Para trás, ficavam os três anos no exército dos Estados Unidos e a fábrica de roupas e calçado, Brooks Brothers, para onde trabalhou durante um ano. Mas eram as gravatas que lhe moldavam o destino.

Anos antes, no bairro de Bronx, em Nova Iorque, o jovem Ralph vendia gravatas na rua, a vizinhos, colegas e moradores nova-iorquinos. Uma espécie de zunga que ia dando para sobreviver nos duros anos a seguir ao fim da II Guerra Mundial. Pelo meio, enfrentava ainda o 'bulling' por ter um apelido que dava a azo a quase



tudo: Ralph Lifshit (um palavrão, em língua inglesa). Mas o alvo, nas vendas, eram os homens de negócios. E foi graças a um deles que arranhou o primeiro emprego, atrás de um balcão.

Tudo isso ia aliando com o gosto pelo desenho e pelo desporto. Foi assim que decidiu desenhar uma própria linha especialmente dirigida aos ídolos do baseball e do basquetebol. Nascia a linha 'Polo' sobejamente conhecida. Para conseguir apresentar, o que já chamava uma colecção, Ralph mudou de apelido para Lauren, alugou uma sala num dos salões mais prestigiados de Nova Iorque e anunciou (mesmo sem ter concretizado) o nascimento de uma loja. Estava dado o passo, ousado, de empreendedor.

Três anos depois, já apresentava a primeira colecção de camisas, de manga curta, para homens e mulheres. Nascia assim a expressão 'polo' para definir as 't-shirts' com golas. Ralph Lauren ia sustentando que se tinha inspirado nos ídolos, desde o sofisticado duque de Windsor, até aos actores Fred Astaire, Frank Sinatra e Cary Grant, ao atleta Joe DiMaggio e ainda ao ex-presidente dos EUA John F. Kennedy. Anos depois, alguns deles – e outros ídolos – iriam mesmo vestir os famosos polos, que se distinguiam pelas cores.

Em 1971, criou a primeira loja em Beverly Hills, o local de excelência na Califórnia, onde residem 'estrelas' milionárias do cinema e do desporto. Foi graças a esses contactos privilegiados, que os polos de Lauren entraram em filmes, em especial, no 'Grande Gatsby', e que lhe abriram as portas para a fama e logo para o sucesso comercial. Diane Keaton, Robert Redford e

5,6

Mil milhões de dólares é a fortuna de Ralph Lauren, avaliada pela revista Forbes

70

Carros de luxo fazem parte de uma colecção especial do estilista

Dos polos, o consolidado empreendedor 'inventou' perfumes, criando uma linha própria, em 1981, com duas fragâncias, uma para mulheres e outra para homens que recebeu o nome de... Polo. Lançados ao mesmo tempo, os perfumes entraram facilmente no mercado europeu.

Na década de 1990, Ralph Lauren iniciou a linha desportiva que se destacou, além dos desportos mais populares nos EUA, no golfe. Seguiram-se investimentos em restaurantes com a abertura de três luxuosos, dois em Nova Iorque e outro em Paris, considerada a capital da moda.

No portfolio dos negócios, juntou lojas em várias cidades, nos EUA e na Europa, tem uma fazenda com mais 17 mil hectares no Colorado. Investiu também comunicação social, comprando parte do canal NBC e entregou a presidência do seu 'império', mas insistiu em manter-se como director criativo.

Casou com uma antiga recepcionista de um hotel, quando ainda tinha 25 anos, que viria a ter três filhos e a escrever a biografia do empresário. Ricky Loew-Ber tornou-se assim uma escritora, além de professora de dança. Aos 48 anos, Ralph Lauren foi operado a um cancro no cérebro. Hoje, com 77 anos, continua a trabalhar e a coleccionar carros de luxo. Tem mais de 70 das marcas mais famosas. A revista Forbes garante que o estilista tem uma fortuna avaliada em 5,6 mil milhões de dólares. O seu grupo empresarial está cotado na Bolsa de Nova Iorque.

A vida e o sucesso de Ralph Lauren já encheram páginas de revistas. Ao todo, a foto do empresário fez 100 capas de revista, da Time à Forbes, passando pelas chamadas 'cor-de-rosa'.



Como ajudar ‘a taça de pó africana’



Jeff Raikes

A Imagine uma pequena fazenda sob um céu ardente e quente. Uma intensa seca afecta a região, as perspectivas para a próxima colheita são sombrias e o sistema financeiro não tem capacidade de fornecer empréstimos de que os agricultores precisam para superar. Este cenário descreve o sul de África hoje, que está submetido a uma seca épica. Também descreve o leste de Nebraska os anos do ‘Dust Bowl’ (‘Taça de Pó’) do início dos anos 1930 - um período através do qual a minha própria família viveu.

O meu pai, Ralph Raikes, foi o primeiro na família a formar-se numa faculdade. Depois de trabalhar para a Standard Oil na Califórnia, dedicou-se à fazenda dos pais antes de chegar a Cambridge, Massachusetts, onde planeava prosseguir os estudos de pós-graduação no MIT. Mas nunca o fez. Foi obrigado a ficar em Nebraska a ajudar o meu avô a salvar a fazenda familiar dos bancos, que já haviam recuperado um terço da terra.

A mudança mais importante que o meu pai fez foi pensar na fazenda, não como uma operação de subsistência, mas como uma empresa familiar. Voltou-se para a Universidade de Nebraska, onde havia recebido o diploma, e adquiriu milho híbrido e outras sementes melhoradas que a universidade estava a desenvolver. Em seguida, monitorou entradas e condições meteorológicas, o que raramente era feito.

O meu pai percebeu que não poderia caminhar sozinho e que precisaria de um melhor acesso a financiamentos. Assim, associou-se - primeiro como cliente e depois como conselheiro e director - à Farm Credit, uma rede nacional de cooperativas bancárias, que ajudou os agricultores a enfrentarem a ‘Dust Bowl’. Ajudou também a fundar a Nebraska Farm Business Associa-

tion, que agregava dados que ele e os colegas recolheram, para que pudessem determinar as melhores práticas. E trabalhou com minha mãe, Alice, que dirigia o negócio familiar de aves domésticas.

A Farm Credit e os laboratórios e estufas da Universidade de Nebraska surgiram através dos programas do governo dos EUA criados para melhorar o desempenho agrícola. O sector estava submerso em 1933. Com um quarto da população a viver em fazendas, eram necessários mais investimentos. Naquele ano, o Congresso norte-americano aprovou a primeira ‘lei agrícola’, a Lei de Ajuste Agrícola, que impulsionou o investimento na economia rural e ajudou a levantar os rendimentos agrícolas em 50% em dois anos. Os programas agrícolas federais tratavam a agricultura como uma empresa, permitindo que homens de negócios, como o meu pai, prosperassem.

80 anos depois, os agricultores africanos precisam de fazer a mesma mudança, tratando as operações de subsistência como empresas familiares. Tal como o pai durante os anos da ‘Dust Bowl’, os africanos têm novos meios à sua disposição: uma ampla gama de novas sementes e outras tecnologias foram desenvolvidas para as fazendas familiares - aquelas com 4-5 hectares ou menos - para usar no campo. Em Outubro, um grupo de cientistas recebeu o Prémio Mundial de Alimentos para produzir e disseminar uma variedade de batata-doce que adiciona vitamina A às dietas da população subsaariana e outras novas variedades de sementes ajudam os agricultores a sobreviver à seca.

Mas, como um relatório recente da Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA) deixa claro, o investimento estatal deve acompanhar a ciência. A agricultura compreende quase dois terços da mão-de-obra da África Subsaariana e, em 2003, a União Africana apelou para que os países aumen-



tassem os investimentos no sector para uns ambiciosos 10%, relativos a todos os gastos governamentais. Apenas 13 países responderam a essa chamada, mas os seus investimentos - em pesquisa e desenvolvimento, serviços que ajudam os agricultores a tirar proveito dos resultados de estudo, iniciativas de crédito e financiamento, bolsas para mercadorias e outros esforços de marketing - já pagaram esses dividendos. Esses 13 países já sentem melhorias significativas na produção agrícola, no PIB ‘per capita’ e na nutrição.

O investimento governamental abre o caminho para o investimento do sector privado e poderia ser uma mudança para os agricultores africanos, que têm operado, durante muito tempo, em níveis de subsistência. Apenas cerca de 6% das famílias rurais na África Subsaariana recebem empréstimos de instituições financeiras. Além disso, quase dois terços dos terrenos agrícolas africanos não possuem nutrientes essenciais e muitos agricultores não têm conhecimentos técnicos e recursos necessários para restaurar a fertilidade da sua terra, deixando-as incapazes de tirar pleno partido das novas tecnologias. Os agricultores africanos, que cultivam novas variedades de culturas, estão a aumentar os rendimentos em apenas 28%, em com-

paração, por exemplo, com os 88% dos agricultores da Ásia.

Os meus pais asseguraram que os cinco filhos se formassem na faculdade. Como eles, os agricultores, em todo o lado, querem garantir aos filhos uma vida saudável e próspera. Todos reconhecem a importância da educação. Os agricultores que conheci em todo o mundo, muitas vezes, só querem vender produtos extra o suficiente para pagar as contas de saúde e colocar os filhos na escola. Aproveitam as oportunidades quando surgem e posicionam os filhos para colher maiores lucros no futuro.

Espera-se que uma história americana de progresso económico, como a de minha família, também seja uma história africana. Com tantas inovações, tornando-se disponíveis, os agricultores familiares da África precisam dos seus governos para investir. Se o fizerem, o futuro vai parecer muito melhor do que a realidade empoeirada e desesperada de hoje.

Jeff Raikes é co-fundador da Fundação Raikes, ex-CEO da Fundação Bill & Melinda Gates e ex-presidente da Divisão de Negócios da Microsoft. Membro do conselho da Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA).

O investimento governamental abre o caminho para o investimento do sector privado e poderia ser uma mudança para os agricultores africanos, que têm operado, durante muito tempo, em níveis de subsistência. Apenas cerca de 6% das famílias rurais na África Subsaariana recebem empréstimos de instituições financeiras.

Internacional

DISCURSO DE FIM DE MANDATO ELOGIA PROGRESSOS ECONÓMICOS

O adeus de Barack Obama

DISCURSO. O ainda presidente norte-americano despediu-se do cargo com um discurso emotivo e carregado de recados, de elogios à sua governação e também assumindo algumas falhas. Na economia, Barack Obama elencou várias medidas, tomadas em oito anos, que, para ele, transformaram os EUA num país “melhor e mais próspero”. O VE escolheu 10 ideias principais.

Por Emídio Fernando



LUTA DE CLASSES

“Depois da minha eleição, falou-se muito dos EUA pós-racial. Esta visão, apesar de bem intencionada, nunca foi realista. A raça continua a ser uma força potente e divisória na sociedade. Toda a questão económica se enquadra numa luta entre uma classe média branca e trabalhadora e uma minoria sem direitos. Se vamos ser sérios, precisamos de defender as leis contra a discriminação - na contratação, na habitação, na educação e no sistema de justiça criminal.”

RECUPERAÇÃO

“Se tivesse dito há oito anos que os EUA iriam recuperar de uma grande recessão económica, reactivar a indústria automóvel que provocou a maior criação de empregos da nossa história, se tivesse dito que iria abrir uma nova fase com o povo cubano, fechar o programa de armas nucleares do Irão sem disparar um tiro, se tivesse dito que iríamos ter igualdade no casamento e garantiria o direito de seguro de saúde para 20 milhões de pessoas, diriam que as expectativas eram muito altas.”

CRESCIMENTO

“A boa notícia é que hoje a economia está a crescer novamente. Os salários, o valor da habitação e de pensões estão a subir de novo. A pobreza está a cair de novo. Apesar de todo o progresso real, sabemos que não é suficiente.”

REFORMA FISCAL

“As grandes empresas e indivíduos que beneficiam da nova economia não podem fugir às suas obrigações fiscais para com o país que os ajudou a criar essa riqueza.”

TODOS A GANHAR

“Temos demonstrado que a nossa economia não tem de ser um jogo de soma zero. O ano passado, os rendimentos aumentaram para todas as raças, todos os estratos, para homens e mulheres.”

DESEMPREGO

“A boa notícia é que hoje a economia está a crescer novamente. Os salários, o valor da habitação e de pensões estão a subir de novo. A pobreza está a cair de novo. Apesar de todo o progresso real, sabemos que não é suficiente.”

CLIMA MELHOR

“Em apenas oito anos, reduzimos para metade a nossa dependência do petróleo estrangeiro. Duplicámos a nossa energia renovável, levámos ao mundo um acordo para salvar o planeta. Mas temos de ter acções mais audazes por causa de mais desastres ambientais, mais perturbações económicas e mais refugiados climáticos que buscam sítios seguros.”

COMÉRCIO LIVRE

“Não há soluções rápidas. O nosso comércio deve ser justo e não apenas livre. O ritmo implacável da automização faz com que muitos bons trabalhos da classe média se tornem hoje obsoletos. Por isso, temos de forjar um novo acordo social para garantir aos nossos filhos a educação que necessitam.”

DESIGUALDADE

“A desigualdade é corrosiva. Enquanto o 1% da população mais rica acumulou uma maior porção da riqueza, muitas das nossas famílias, nas cidades do interior e nas zonas rurais, ficaram para trás. Um trabalhador que só luta para pagar as contas está convencido que o governo só serve os interesses dos poderosos.”

‘OBAMACARE’

“Os custos com os cuidados de saúde aumentam a uma taxa mais lenta dos últimos 50 anos. Qualquer pessoa pode melhorar os seus cuidados de saúde. O (‘Obamacera’) abrange muito muitas pessoas com um custo menor. É para isso que servimos. Não queremos ganhar créditos, mas melhorar a vida das pessoas.”

A MINISTRA da Saúde da Austrália demitiu-se, devido a uma investigação ligada a uma viagem oficial em que aproveitou para comprar uma casa. Sussan Ley adquiriu uma propriedade, avaliada em cerca de 600 mil dólares.



O FUNDADOR do Wikileaks, Julian Assange, admitiu ser extraditado para os EUA se Barack Obama perdoar a antiga militar norte-americana Chelsea Manning, condenada por lhe passar mais de 700 mil documentos confidenciais.



LISTA NEGRA DE 'OFFSHORES' Portugal lidera na Europa

O governo português reconhece que “Portugal tem, de longe a maior lista negra de paraísos fiscais da Europa”, defendendo que a lista de ‘offshores’ deve ser reduzida e que a estratégia deve privilegiar os acordos de troca de informação.

“Não há mais nenhum país que tenha mais de 20 territórios”, admitiu o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Fernando Rocha Andrade (na foto), numa conferência organizada pela Associação Fiscal Portuguesa (AFP).

Sublinhando que “os outros

países não gostam de estar em listas negras”, Rocha Andrade disse que “a imensidade da lista de paraísos fiscais coloca permanentes conflitos” a Portugal: “Não só diplomáticos, como também inviabiliza a estratégia de fazer com que esses países estabeleçam com Portugal convenções para evitar a dupla tributação e acordos de troca multilateral de informações”.

O governante defende que a legislação “deve depender menos dessa lista” e esclareceu que “a lei pode determinar a aplicação de regimes especialmente gravosos de tributação quando uma empresa portuguesa paga rendimentos a uma subsidiária situada, por exemplo, em Jersey, que já não está na lista dos paraísos fiscais”.

RECOMENDAÇÕES PARA 2017

Seis desafios para África

O instituto de pesquisa norte-americano Brookings considera que as finanças, emprego, tecnologia, urbanização, mudanças climáticas e boa governação são as seis áreas determinantes para um desenvolvimento com sucesso dos países africanos durante este ano.

O documento, apresentado numa conferência em Washington, elenca esses temas elaborados pelos coordenadores do departamento africano (Brookings Africa Growth Initiative).

“Estes seis temas interligados e abrangentes demonstram as perspectivas para o sucesso de África, quer seja dos decisores políticos, empresários, mulheres ou cidadãos”, lê-se na apresentação do

documento, que assegura que “para cada desafio há uma solução, mesmo que seja encontrada onde menos se espera”.

O tema com mais destaque é a área das finanças públicas, que de uma forma geral, “se degradou no seguimento da descida dos preços das matérias-primas desde meados de 2014, forçando um abrandamento económico e um aumento da dívida pública nos países mais afetados pela quebra das receitas fiscais”.

O relatório defende que é fundamental aumentar a mobilização das receitas e a diversificação económica, mas igualmente importante é a criação de empregos. “Dado o aumento da população, África tem de se adaptar, não apenas através da criação de emprego e através do desenvolvimento de competências e apoio a sectores menos valorizados”.



RELATÓRIO SOBRE CONDIÇÕES FINANCEIRAS

FMI alerta países mais pobres

O Fundo Monetário Internacional (FMI) defende que os países com menor rendimento devem diversificar a economia e as exportações, num relatório que alerta que as condições financeiras podem piorar para os exportadores de

matérias-primas.

De acordo com o relatório sobre os Low Income Developing Countries (países em desenvolvimento e de baixos rendimentos), que inclui Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, “muitos exportadores de matérias-primas, nomeadamente produtores de petróleo, continuam sob significativo ‘stress’ económico, com crescimento

anémico, grandes desequilíbrios orçamentais e posições enfraquecidas nas reservas externas”.

O relatório de 80 páginas, divulgado em Washington, nota, no entanto, que “os países com uma base de exportações mais diversificada estão, no geral, bem, apesar de vários terem sido afetados pela descida das remessas, desastres e conflitos naturais, e pelo impacto contra-

cionista dos programas de estabilização macroeconómicos”.

O FMI admite que as “principais mensagens” do relatório acabam por “ser familiares”, e incluem a permanência em dificuldades económicas dos países que mais dependem da exportação, cujos preços entram agora no terceiro ano de descida sustentada, além do aumento dos níveis da dívida pública.



CORRUPÇÃO Samsung envolvida

O herdeiro do grupo Samsung, Lee Jae-yong, queixou-se da presidente sul-coreana por ter pressionado a empresa para que doasse dinheiro a fundações ligadas ao escândalo de corrupção que abalou o país, informou o Ministério Público da Coreia do Sul.

A acusação de Lee foi feita num interrogatório de 22 horas a que foi submetido por um grupo de investigadores. No mês passado, Lee tinha negado no parlamento qualquer pressão por parte da presidente para fazer doações a entidades ligadas a Choi Soon-sil, apelidada de ‘Rasputina’ devido à sua proximidade e influência sobre Park Geun-hye.

O Ministério Público acredita que a Samsung assinou um contrato de 22 milhões de dólares com uma empresa com sede na Alemanha, que era propriedade de Choi, e deu apoio financeiro para que a sua filha ali praticasse hipismo e adquirisse cavalos. O grupo também doou 20 milhões de dólares a uma fundação alegadamente controlada por Choi e estabelecida para extorquir grandes conglomerados do país.

O caso “Rasputina” gerou uma onda de indignação na Coreia do Sul e levou o parlamento a destituir Park Geun-hye, que espera agora que o Tribunal Constitucional decida sobre a ratificação da destituição.

Ambiente

RECICLAGEM NOS OCEANOS

Adidas lança tênis de 'lixo'

A organização ambiental 'Parley for the Oceans' e a marca de calçados Adidas assinaram um acordo para o fabrico, neste ano, de tênis à base de fios plásticos de redes de pesca da costa das Ilhas Maldivas, no Oceano Índico.

A Adidas e a Parley anunciaram que a partir desse mês, sete mil pares de tênis estariam à venda nas lojas da marca, ao preço de 220 dólares cada. Cada par usa 11 garrafas plásticas, transformadas em fios, na parte superior. Já a sola, o cadarço e a meia embutida são confeccionados com resíduos de garrafas PET recicladas.

Além dos tênis, baptizados de 'UltraBoost Uncaged Parley', a marca desenvolveu camisolas, também usando lixo plástico, para os jogadores de futebol das equipas do Real Madrid e Bayern de Munique.

A Adidas comprometeu-se publicamente a produzir, até ao fim deste ano, no mínimo um milhão de pares do novo tênis. O objetivo da empresa, impulsionada pela parceria com a Parley, é deixar de usar plástico virgem no fabrico do calçado.

De acordo com o site Conexão Planeta, estima-se que estejam espalhados pelos oceanos aproximadamente 5,2 trilhões de resíduos plásticos. Este mês, uma imagem chocante rodou o mundo, mostrando grandes quantidades de baleias cachalotes mortas na areia. 13 delas encalharam em Março do ano passado, na costa norte da Alemanha, mas só em Novembro, pesquisadores daquele país divulgaram, em função dos resultados do exame no estômago de quatro delas, que foi encontrada uma enorme quantidade de resíduos plásticos, entre eles, uma rede de pesca de 13 metros de comprimento, embora não tenha sido esta a causa da morte das baleias.



Especialistas alertam que o fumo é a maior causa evitável de morte.

ALERTA DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

Tabaco mata mais e atinge os mais pobres

RELATÓRIO. OMS alerta que o consumo do tabaco está a aumentar, sobretudo em países em vias de desenvolvimento. Angola não foge à regra. A indústria factura 500 mil milhões de dólares, todos os anos.

Um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Instituto Nacional do Cancro, dos Estados Unidos, revela que o tabagismo custa à economia global mais de mil milhões de dólares por ano, em gastos com saúde e perda de produtividade e prevê que, até 2030, vá matar um terço a mais de pessoas do que tem feito até agora. A indústria factura mais de 500 mil milhões de dólares por ano.

O custo estimado supera amplamente as receitas globais com os impostos sobre o tabaco e seus derivados, que a OMS calcula em cerca de 269 mil milhões de dólares, entre 2013 e 2014. "O número de mortes relacionadas com o tabaco deverá aumentar de cerca de seis milhões para cerca de oito milhões anualmente até 2030, sendo que mais de 80% delas vão ocorrer em países de baixa e média rendas", adianta o estudo.

Cerca de 80% dos fumadores vivem em países de baixo e médio rendimentos e, embora a prevalência de taba-

gismo esteja a cair entre a população global, "o número total de fumadores em todo o mundo está a aumentar", segundo o estudo.

Especialistas em saúde dizem que o uso do fumo é a maior causa evitável de morte globalmente. "É responsável por provavelmente mais de mil bilhões de dólares em custos de saúde e perda de produtividade a cada ano", resume o estudo, revisto por mais de 70 especialistas.

Segundo o Atlas do Tabaco, elaborado pela American Cancer Society, a indústria do tabaco factura cerca de 500 mil milhões de dólares por ano a vender seis mil milhões de cigarros — 96% do tabaco produzido no mundo. No século XX, o tabaco matou 100 milhões — quase o dobro das mortes da Segunda Guerra Mun-

dial, o conflito mais sangrento da história recente. No ano passado, o Governo antecipava, no caso angolano, os resultados deste estudo.

ANGOLA AFECTADA

Em Agosto, o secretário de Estado da Saúde, Eleutério Hivilikwa, adiantava que o tabaco estava a causar enfermidades como cancro, ataques cardíacos e respiratórios e que o seu consumo provocava ainda o bloqueio do desenvolvimento e o aumento da pobreza. "O consumo do tabaco gasta ainda dinheiro que serve para pagar a alimentação, educação e a atenção à saúde", acrescentava.

Eleutério Hivilikwa não tinha dúvidas de que o consumo de tabaco cresce rapidamente em países em desenvolvimento que são os que estão "menos preparados para fazer frente às consequências".

Na altura, o governante ainda alertava para a necessidade de haver maior controlo o comércio ilícito de tabaco que contribui para "propagar a epidemia do tabagismo, com grandes consequências para a saúde pública e que, por isso, exige resposta eficaz e adequada".



269

Mil milhões de dólares: valor anual de impostos pago pela indústria do tabaco.

Educação & Tecnologia

NOVO SISTEMA DIGITAL PREVÊ GERAR MAIS DE 25 MILHÕES USD

Noruega é o primeiro país a parar com transmissões em FM

RADIODIFUSÃO. Segundo o governo norueguês, a digitalização das emissoras nacionais de rádio cortará custos e trará diversificação de programas e melhor qualidade de áudio. Com a digitalização da rádio, prevêem-se ganhos de mais de 25 milhões de dólares.

Sob os olhares de outras nações, a Noruega tornou-se no primeiro país do mundo a tirar do ar o sinal FM na passada quarta-feira (11). A interrupção começou na cidade mais a norte do país, Bodø, perto do Círculo Polar Ártico.

Segundo o governo, a Noruega tem 22 estações nacionais de rádio

digital e ainda há espaço para outras 20. No entanto, só restam cinco estações nacionais de rádio FM neste país de cinco milhões de habitantes.

O serviço público de radiodifusão norueguês, o NRK, vai desligar o seu sinal FM antes da concorrência. Mas este processo não será repentino: o sinal sairá do ar região por região, a partir de Janeiro deste ano. O ministério da Cultura norueguês estima

que a digitalização das emissoras nacionais de rádio poderá gerar uma economia anual de cerca de 25 milhões de dólares. “O custo de transmissão de rádio nacional pela rede FM é oito vezes maior que pela rede de Retransmissão Digital de Áudio”, disse o ministério em comunicado.

Isso deve-se, em parte, ao menor consumo de energia da transmissão digital. A iniciativa, segundo a ministra da Cultura local, Thorhild

Processo de interrupção vai acontecer paulatinamente.



Widvey, elenca outras vantagens: “os ouvintes terão acesso a um conteúdo de rádio mais diverso e plural e desfrutarão de uma maior qualidade de áudio, além de novas funcionalidades.”

Vários outros países da Europa e do sul da Ásia também avaliam uma transição para a rádio digital. Segundo o analista britânico James Cridland, o momento da interrupção do sinal FM na Noruega será um “momento de apreensão” para

a indústria de rádio global. “Espero que os noruegueses tenham feito o suficiente para reter a audiência e para garantir que aqueles que não tenham feito a transição para o digital o façam logo.” E acrescentou que quem escuta rádio pode decidir, em vez disso, passar a ouvir a sua coleção de músicas ou os serviços de ‘streaming’. “Se a mudança prejudicar a audiência, pode ser que outros países fiquem menos dispostos a também desligar seu sinal FM e AM.”

Nokia regressa ao mercado com smartphone



A

Nokia voltou ao mercado com um novo smartphone exclusivo para a China. A HMD Global, empresa que comprou os direitos da icônica marca de telemóveis, lançou, na passada semana, na China, o Nokia 6, que roda Android.

Segundo a HMD, o lançamento do Nokia 6 é só o primeiro passo do retorno da marca ao mercado, mas, por ora, não informa quais países

serão os próximos a receber o novo aparelho. A opção pelo país asiático levou em conta o tamanho do mercado consumidor, de 552 milhões de pessoas. O aparelho chegará às lojas chinesas nos próximos meses por 1.699 iuans (o equivalente a cerca de 900 dólares).

O novo telemóvel é feito de alumínio polido para a estrutura não apresentar vincos. A tela de 5,5 polegadas tem resolução full HD (1920 x 1080 pixels) e é desenvolvida com a tecnologia Gorilla Glass, que a deixa mais resistente.

O processador é um Qualcomm Snapdragon 430, a memória RAM é de 4 GB e o armazenamento interno é de 64 GB. O cérebro do Nokia 6 é o Android 7.0 Nougat, a mais nova actualização do sistema operacional do Google para dispositivos móveis.

“Desde o princípio, nós pretendíamos nos mover com velocidade para estabelecer uma posição como competidor na categoria de smartphone e criar produtos que realmente atendam às necessidades dos consumidores”, afirmou Arto Nummela, presidente executivo da HMD Global, em nota.

Marcas & Estilos

Intemporal

Este carrinho sólido de madeira de nogueira apresenta uma luz LED, forte justaposição entre formas leves, e a solidez material torna idealista um sotaque original e intemporal. Inclui um sensor de movimento fotoelétrico que liga e desliga a luz automaticamente.

Verdadeiro e original

O Boondocker é a interpretação do padrão. Componentes como a sola com fio e olhais castanhos pintados foram fornecidos para esta bota e cada detalhe foi mantido o mais verdadeiro possível.

Raridades

Muito exclusivo, possui apenas 79 conjuntos disponíveis em todo o mundo. Todos os botões desta câmara e funções vêm com acabamento preto e gravuras vermelhas no topo, além do revestimento de borracha vermelho original.

Listras exclusivas

Uma alternativa num estilo inteligente é a costura aleatória da cardigan, uma aparência exclusivamente listrada. Trabalhada em algodão premium, as características adicionais incluem ombro acentuado com detalhes de algodão a 100 por cento.

Opções para a vida

Tecido assimétrico e mistura de algodão verde e crocante da Proenza Schouler, com um colarinho em pé, um fecho de botão dianteiro descentrado, um design sem mangas e uma bainha assimétrica, ninguém podia fazer uma melhor escolha.

Vossa majestade

A Kelly Himalayan de 32 centímetros é, possivelmente, a bolsa mais rara e mais desejável do mundo. É feita de crocodilo de Nilo, numa coloração subtil que evoca imagens das montanhas majestosas de Himalayan.

LOJA

Fabrico angolano

Pouco a pouco, vamo-nos enchendo de orgulho com os produtos fabricados em Angola. Já não são apenas os lácteos ou os de origem animal que nos animam. Ou o artesanato. Há campos quase 'virgens' que os angolanos vão explorando, usando a madeira, plásticos, papel e panos. Recentemente, surgiu a 'Defendeideias'. Mais do que uma loja, é um conceito. Tem produtos inteiramente fabricados em Angola, como 'havaianas', da marca Mussulo, com padrões africanos e não só. Imperdíveis às destinadas a crianças. E ainda roupas, objectos de decoração, louças, relógios, tudo 'made in Angola'. Na loja, no Alvalade, em Luanda, é possível ainda beber uns sumos e café, acompanhados por bolos.



TURISMO

Gizé, o antigo Egipto

Atendendo os últimos acontecimentos – entre golpes de Estado, 'primavera árabe' e agitação militar – é só mesmo para ousados dar um salto ao Egipto. Mas vale a pena, nem que seja para visitar as Pirâmides de Gizé, um dos locais mais misteriosos e emblemáticos da civilização. Juntas, fazem um complexo de estruturas, construídas em pedras de calcário com

revestimento de basalto que contém um complicado sistema de labirinto, só mesmo para os profundos conhecedores. É um necrotério, símbolo máximo do antigo Egipto, que servia para enterrar os restos mortais dos faraós. Mas não só. É melhor mesmo descobrir, numa viagem que já se tornou mais económica, devido à quebra de turistas.



AGENDA

LUANDA

18 DE JANEIRO

O Centro Cultural Português apresenta a eleição da 'Palavra do Ano 2016', em Angola, com música e poesia, numa parceria com a Plural Editores. A partir das 18 horas.

19 DE JANEIRO

Concerto de Gari Sidemina, Toty Sa'Med e Kizua Gourgel, no Centro Cultural Português. Entradas livres. A partir das 19 horas.

21 E 22 DE JANEIRO

No âmbito da III Trienal, o Movimento de Revitalização da Dança apresenta o espectáculo 'Ninguém pára o vento', no Palácio de Ferro, às 19 horas.

28 DE JANEIRO

Palestra sobre 'Fiscalidade Angolana' com Luís Faria. Das 9 às 14 horas, no Hotel Continente, em Luanda.

28 DE JANEIRO

Seminário 'Caminho para o topo' com os Tuneza. No Hotel Epic Sana, a partir das 14 horas. Bilhetes a 25.000 kwanzas.

“Alerto os jovens que cantam o semba a melhorar mais o kimbundu e estou aberto a ajudar estes músicos como se deve cantar nesta língua e entender melhor a letra.”

PAULINO ANTÓNIO, MÚSICO E COMPOSITOR

“Os discos não dão fortuna”

MÚSICA. António Paulino, 63 anos, canta desde 1969. Foi companheiro de David Zé, Artur Nunes e Urbano de Castro. Esteve na frente de combate e foi capturado pela polícia portuguesa quando tentava fugir para o Congo-Brazzaville. Autor do sucesso ‘Pontapé’ e ‘Kamba ba laumba’, diz que o semba está bem entregue à nova geração, mas aconselha a que aperfeiçoe o kimbundu. Está à espera de patrocínio para lançar o quarto álbum.

Por Raimundo Ngunza

O que é feito de si?

O António Paulino não está desaparecido da música e está a fazer novos trabalhos, tem uma ocupação além da música, o que faz estar longe dos palcos.

Onde busca inspiração?

Em princípio, o meu compositor era o meu primo falecido e este deixou-me uma fortuna de letras que até agora não terminou. E com os seus ensinamentos continuo a compor algumas letras.

Quem escreveu a música ‘Pontapé’?

Fui eu com ajuda de Calili (viola ritmo), Juventino (baterista) e o Marito (viola solo).

Como viveu no período colonial?

Nos anos 1960, tinha 18 anos e era um jovem que abraçou a carreira musical porque não tinha nada para fazer. Andei com um senhor chamado Moutinho que me ensinou a profissão de pintor de construção civil e fiquei mestre e comeci a trabalhar. Vivía na altura próximo do Ngola Cine, no Rangel, e houve um concurso de música e quem cantasse melhor tinha como prémio uma grade de cerveja. Abracei a arte em 1971, quando fui convidado a participar numa das edições do festival Kutonoca e gravei o primeiro disco ‘Joana uae’ que teve muito sucesso. Gravei o segundo ‘Balabina’ e ‘Gi henda dia mama’ em 1973 que incluía o sucesso ‘kamba ba laumba’.

A música dos artistas da sua época foi determinante para a independência de Angola?

dência de Angola?

Claro que sim. E quem diz o contrário não sabe ou então não viveu aquela realidade. Nós cantávamos e também havia muita censura e outras passavam na rádio, sem nenhum problema, e não davam conta, porque eram cantadas em kimbundu sobre política.

Foi preso devido à música?

Não estive preso, mas fui apanhado pela Pide (polícia política portuguesa) em 1973 quando tentava deixar Angola em direcção ao Congo Brazzaville, porque fui pelo caminho errado em direcção ao antigo Zaire. Também fui combatente da antiga FAPLA no Chongoroi, em Benguela, e no regresso e, por falta de um irmão de sangue, tive de escrever uma carta ao Ministro da Defesa para trabalhar em Luanda e em 1977 fui transferido para Marinha de Guerra.

Sempre cantou em kimbundu?

Sim. Tenho duas a três músicas em português.

A que se deve a ausência nos espectáculos?

Tenho tido convites para espectáculos, mas não com maior frequência.

Como vê o semba hoje?

O semba já esteve em baixo, mas com a força da nova geração, o estilo está a ser bem executado e voltou ao seu lugar. Alerto os jovens que cantam o semba a melhorar mais o kimbundu e estou aberto a ajudar estes músicos como se deve cantar nesta língua e entender melhor a letra.

Porque leva muito tempo a lançar um disco?

PERFIL

Nome: Paulino António Domingos
Data de Nascimento: 7 de Abril de 1954, Quela, Malanje
Estado Civil: Solteiro
Filhos: 8
Estilo musical: Semba
Álbum: Três pós independência e 14 discos no período colonial
Clube: Benfica de Lisboa.

Não estou bem, mas também não estou mal e o pouco que recebo é sempre bem-vindo. Sou reformado e pago quota.

Lançar um disco de semba custa muito dinheiro. Um músico, que pretende lançar um bom álbum e ter sucesso, necessita de mais de 50 mil dólares. O disco não dá fortuna. Tenho três discos ‘Hima’, ‘Kangila’ e ‘Mana Colela’. Estive no estúdio a preparar o quarto álbum com 11 faixas cantadas em kimbundu e português. Os estilos são a rumba, semba e bolero, mas falta apenas o dinheiro para a sua materialização em Portugal. No período colonial, lancei 14 discos de vinil.

Fez parte de um grupo musical?

Não. Tive algumas participações nos Kiezos, mas agora faço parte da Banda Chamavo.



Mário Nijetes © VE

Sente-se valorizado?

Sinto. Não estou bem, mas também não estou mal e o pouco que recebo, é sempre bem-vindo. Sou membro da União dos Nacional dos Artistas e Compositores (UNAC) com o número 185. Sou reformado e pago quota.

Onde esteve antes do 25 de Abril de 1974?

Estava em Luanda, onde sempre vivi, apesar de ter nascido no Quela, em Malanje. Quando se deu o 25 de Abril, ficámos alegres e os meus companheiros que militavam comigo, como Urbano de Castro, David Zé, Artur Nunes, tiveram de fugir para Congo Brazzaville, mas perdi o caminho

em Belize, Cabinda, devido à fome que se registava na zona fronteiriça.

Considera o kuduro uma música de marginais?

Não. Nem todos se envolvem em delinquência. O kuduro é um estilo de música que apareceu e teve a adesão de muitos jovens e não tenho nada contra. Mas atenção!: o semba é o cartão-de-visita de Angola.

O samba nasceu do semba?

Não sei. Esta é a política do meu colega do Don Caetano. Talvez seja verdade. Lulas da Paixão, Bonga, Elias dya Kimuezu são músicos que nutro um carinho muito especial, por serem bons executores do semba.

NÚMEROS DA SEMANA

360.380

É o número de trabalhadores que a função pública empregava, em 2016, registando uma quebra superior a 3% face ao ano anterior.

2,9%

É o que as economias africanas deverão crescer esse ano, com Angola a expandir-se 1,2% e Moçambique a crescer 5,2%, prevê o Banco Mundial num relatório divulgado em Washington.

4

É o número de ministérios que estarão sujeitos a uma inspeção-geral, ordenada pelo Presidente da República, durante trinta dias.

4

Mil milhões de kwanzas é o valor aprovado pelo Governo para financiar projectos dirigidos a jovens empreendedores.

ANÁLISE

Crédito mal parado dispara em 2017

O crédito mal parado que, em 2015, atingiu os 18,2% deve disparar significativamente em 2017 e 2018, antecipa a Economist Intelligence Unit (EIU), a unidade de análise económica e financeira da revista britânica 'The Economist', no seu relatório de Dezembro que atribui a notação CC ao risco do sector bancário.

Na avaliação da 'The Economist' a "corrupção e a opacidade" na utilização dos recursos do Estado constituem uma ameaça à solvabilidade das contas públicas, colocando o risco soberano de Angola no nível CCC, altamente especulativo no equivalente à classificação das agências de notação de risco.

O relatório da EIU, que coloca igualmente o risco da moeda nacional, no nível CCC, avança que os baixos preços de petróleo desde 2014 levaram ao agravamento da conta corrente e do défice fiscal, além de deteriorarem o rácio da dívida pública, face ao Produto Interno Bruto.

A EIU nota que o Banco Nacional de Angola (BNA) fez desvalorizar várias vezes a moeda nacional, entretanto, até ao momento, não foi bem-sucedido, com o kwanza a manter-se debaixo de uma grande pressão, "reflexo da escassa disponibilidade

do dólar norte-americano". A revista observa, no entanto, que a cobertura das exportações deverá situar-se acima dos cinco meses e antecipa que o aumento do preço do barril de petróleo deverá favorecer mais ajustamentos à taxa de câmbio ao longo de 2017 e 2018. "Mas a taxa de câmbio oficial deverá manter uma diferença substancial, face ao mercado paralelo", alerta.

Em relação ao sector bancário, a EIU observa que o declínio do preço do petróleo desde meados de 2014 levou à emissão de liquidez em dólares em vários bancos, enquanto a "rápida depreciação" do kwanza acelerava o aumento dos reembolsos

dos empréstimos baseados em dólar.

Os analistas britânicos não deixaram de parte a avaliação do cenário político, alertando que um processo de transição menos conseguido poderá levar a um cenário de instabilidade, situação para a qual concorrerem também as medidas de austeridade efectivadas pelo Governo, como reposta à queda do preço do petróleo.

Pelas contas da Economist Intelligence, que admite a possibilidade do aumento da representatividade da oposição no parlamento, o partido no poder leva vantagem para a renovação da maioria em Agosto, facilitado pela sua sólida base de financiamento e pelas fortes ligações nos negócios.



CUSTO DE VIDA EM DEZEMBRO

Inflação acima dos 40% em Luanda

Em 2016, os preços em Luanda subiram cerca de 42%, renovando máximos históricos, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). O Índice de Preços no Consumidor (IPC), da capital, apresentava, em Dezembro, uma inflação acumulada, a um ano, de 41,95%, contra os 41,15% de Novembro e os 40,04% de

Outubro. Este registo fica assim acima dos 38,5% de inflação para todo o ano que o Governo inscreveu na revisão do Orçamento Geral do Estado de 2016, aprovado em Setembro e justificado com a diminuição das receitas fiscais com a exportação de petróleo.

De acordo com o relatório mensal do INE, os preços subiram de Novem-

bro para Dezembro mais 2,17%, na linha dos meses anteriores, mas abaixo dos quase 4% de Julho.

O IPC registou aumentos entre Novembro e Dezembro sobretudo nas 'Bebidas Alcoólicas e Tabaco', no 'Lazer, Recreação e Cultura', 'Bens e Serviços Diversos', e no 'Vestuário e Calçado'.



MARGINAL
Mais 800 hectares

A reabilitação da Marginal da Corimba, em Luanda, prevê a recuperação ao mar, até 2019, de uma área de 400 hectares para a construção de uma via rápida e outras infra-estruturas, informou a empresa holandesa Van Oord, responsável pelos trabalhos, citada pela Lusa.

Os trabalhos, avaliados em quase 410 milhões de euros (72,3 mil milhões de kwanzas) "envolvem a conquista ao mar daquela área, posteriormente a proteger com "vários revestimentos de rocha e quebra-mares".

"A nova área servirá para a construção da via rápida da Marginal da Corimba, o futuro porto, e para desenvolvimento imobiliário. A rocha necessária para o projecto será extraída das pedreiras locais", refere a informação da Van Oord. Em causa está um contrato para a obra de dragagens, remoção de terra e protecção da costa da marginal da Corimba, adjudicado em 2016, por despacho presidencial, ao consórcio formado pelas empresas Urbeinveste Projetos Imobiliários e a Van Oord Dredging and Marine Contractors.

O VALOR ESTA SEMANA

COM UMA COMISSÃO

Taxa do lixo reavaliada

Governo criou um grupo multidisciplinar, entre o Ministério das Finanças e a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, para reavaliar a taxa do lixo. A aplicação estava prevista para Novembro. O estudo, que deve estar concluído em 15 dias, surge depois de indefinições sobre a aplicação da taxa, que estava para ser cobrada pela ENDE. Pág. 8



POR FALTA DE TROCOS

BNA liberta notas de 5 e 10 kz

Banco central viu-se obrigado a autorizar a circulação de notas de 5 e 10 kwanzas por escassez de notas de menor valor facial no mercado, contrariando a estratégia inicial que previa apenas a circulação de moedas nesses valores. A estratégia previa cobrir Dezembro e foi direccionada às províncias do Norte. Pág. 13

2020 É A NOVA DATA PROVÁVEL

Zona livre adiada

Angola adia, mais uma vez, a entrada na zona de livre de comércio da SADC e aponta 2020 como data provável. Especialistas mostram-se cépticos devido aos sucessivos adiamentos. O Governo diz que assunto está em análise, havendo necessidade de se ajustar a legislação às normas na região e na arena internacional. Págs. 10